

Biografias estratégicas: o que os nomes das fundações partidárias querem dizer?

Eliana Tavares dos Reis (UFMA)¹

Igor Gastal Grill (UFMA)²

Resumo

Propomos neste artigo refletir sobre as estratégias e lógicas que presidem o empenho coletivo na heroização/sacralização biográfica de lideranças políticas homenageadas postumamente por meio da atribuição de seus nomes a Fundações Partidárias (FPs). Mediante a análise do material laudatório produzido sobre os personagens a partir das entidades, observamos como biografias estratégicas são modelares e modeladas nas apropriações/construções de organizações coletivas formadas por agentes, interesses e fins diversos, porém tributários da positividade dos seus “ícones”. Abordamos as formas de registro/ativação da “memória” dos mortos celebrados e observamos o peso da associação a propriedades sociais, causas legítimas, eventos marcantes, “tradições políticas” e organizações partidárias como investimentos na capitalização de bens e representações competitivamente engendrados.

Palavras-chave: Biografias. Homenagens Póstumas. Fundações Partidárias. Elites Políticas.

1 Pesquisadora e docente do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais – LEEPOC. Autora dos livros “Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política” e “Elites parlamentares e a dupla arte de representar”, além de dezenas de artigos em periódicos e capítulos em coletâneas. E-mail: eliana.lreis@terra.com.br

2 Pesquisador e docente do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais – LEEPOC. Autor dos livros “Heranças políticas no Rio Grande do Sul” e “Elites parlamentares e a dupla arte de representar”, além de dezenas de artigos em periódicos e capítulos em coletâneas. E-mail: igorgrill@terra.com.br



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I. Introdução

Ao longo do tempo, observamos uma profusão de (re)invenções e contínua diversificação das modalidades de registro, das formas de armazenamento e dos modos de celebração biográfica. No bojo desses processos, alternativas de investigação se expandiram e foram refinadas, graças a investimentos disciplinares, que colaboraram para a sofisticação de modelos analíticos pertinentes à coleta/sistematização de dados, à formulação de interrogações originais e à apreensão vigilante de lógicas, práticas e meios de fabricação/eternização de biografias³. Lideranças políticas são particularmente dignificadas como alvos relevantes de notabilizações, conduzidas em seu nome ou em nome de categorias e causas que elas representariam, pelos mais diversos motivos e fins coletivos de consagração. Dificilmente as estratégias de enaltecimento biográfico não estão interligadas a *sistemas de percepção* e de *divisão* condizentes com o delineamento de grupos sociais. Especialmente no que diz respeito aos domínios políticos, os mecanismos de condensação de coletividades se objetivam em organizações mais ou menos estáveis (partidos, sindicatos, entidades etc.), referidas por suas siglas. Ao que se conjugam empreendimentos de ordenação de suas imagens como unidades coesas, de ações coerentemente orquestradas, com motivações precisas e homogêneas. Elas aparecem como se tivessem uma “personalidade moral” e fossem capazes “de agir, de falar, de pensar como um só homem” (OFFERLÉ, 1997, p. 8)⁴, e são objeto de empenhos incessantes de qualificação, em consonância com as pretensões (sempre móveis) da forma como organizações e componentes vislumbram ser percebidos.

Nomear é identificar uma espécie de objeto, procedência, classe, enfim, é designar *demarcadores sociais*, que explicitam *disposições*, significam injunções, e podem ser acionados como trunfos ou espólios (mormente simbólicos) passíveis de serem valorizados, desvalorizados, revalorizados, enfim, disputados. O que se aplica às estirpes políticas ou intelectuais. Nos embates políticos, rótulos são mais frequentemente (não exclusivamente)

3 Para um balanço de matrizes teóricas para tratamento de dados biográficos, bem como apropriações e agendas de pesquisa que ajudaram a constituir nas ciências sociais brasileiras, ver Reis e Barreira (2018).

4 Para a relevância das rupturas com esses obstáculos na análise política dos processos de objetivação de categorias, grupos, instituições, consultar Lacroix (1985).

agilizados em transações dinâmicas de detração ou exaltação do que em dispositivos de objetificação. Aliás, organizações são fundadas ou seus porta-vozes acionam etiquetas como fundamento de justificativas e identidades. Não raro, tipificações terminadas em “ismos” – aglutinadoras de práticas e representações heterogêneas – são aplicadas para denotar ideologias, tendências, legados e movimentos forjados nos desdobramentos das batalhas de qualificação/desqualificação das aproximações ou rivalidades políticas. Muitas delas têm, na sua raiz, nomes de personagens destacados como relevantes à ativação de identificações. E seus ativadores podem rentabilizar com relativo êxito (não de forma consciente, cínica ou meramente instrumental) a sua “memória”, seja para aclamar a vinculação do precursor a certas “tradições políticas” (socialismo, trabalhismo, liberalismo ou outro) e valores (como a democracia), seja para reivindicar filiações ou distâncias da linhagem em questão.

Importa-nos que, nesses processos, *biografias estratégicas* são modelares e modeladas nas apropriações/construções de organizações coletivas formadas por agentes, interesses e fins diversos, porém tributários da positivação de “ícones”. Neste artigo, propomos refletir sobre as *estratégias* e *lógicas* que presidem o empenho coletivo na heroicização/sacralização biográfica de lideranças políticas homenageadas postumamente por meio da atribuição de seus nomes a fundações partidárias (FPs). Abordamos, notadamente, o caráter indissociável das formas de registro/ativação das biografias dos mortos celebrados e os investimentos competitivamente engendrados na *capitalização de bens* e de *representações*.

O que abre uma via de reflexão sobre como *créditos simbólicos* são construídos processualmente (mas não linearmente) na relação (de mão dupla) entre pessoas e grupos? Cientistas sociais são inclinados a pensar de forma dualista, inclusive por conta dos instrumentos teóricos disponíveis. Deparamo-nos com cenários nos quais, de um lado, recursos individuais acumulados pessoalmente por líderes (honra, estima, notoriedade, prestígio, fortuna, títulos, saberes, competências...) são exibidos como decisivos à formação de grupos⁵. E, de outro lado, integrantes de organizações apa-

5 Ver Landé (1977).

recem como altamente dependentes das oportunidades franqueadas pelas instituições, do patrimônio coletivo por elas entesourado e da delegação/investidura que promovem aos seus membros (segundo seus investimentos e lealdades demonstradas)⁶. Não é incomum tais situações serem também consideradas como etapas que se sucedem no tempo: T1 = dominação de base pessoal; T2 = dominação de base institucional.

Tentando escapar dessas armadilhas do raciocínio dual e inspirados nas orientações de Norbert Elias (1999), procuramos apreender entidades coletivas e personalidades como mutuamente constituídas, atentando ao caráter *bipolar* e *multipolar* das trocas simbólicas. Isto é, envolvendo partidos, fundações, “ícones”, ideologias e valores proclamados, “ismos”, lideranças e porta-vozes, em acordos e desacordos com outras coletividades e personagens. Como corolário, é possível atentar à dimensão ativa de fabricação e apropriação do *carisma* associado a determinadas figuras. Sempre na esteira das formulações weberianas, há trabalhos direcionados a acontecimentos, mobilizações, eventos, rituais, cerimônias, teatralizações ou estetizações da política, artefatos, discursos, produção imagética, enfim, aos meios mobilizados no processo de fabricação das *bases carismáticas* de um protagonista político⁷. E há outros que enfatizam as apropriações sucessivas ou retrospectivas das características do “líder” tidas como excepcionais por aqueles que, direta ou indiretamente, aparecem como seus prosélitos. Nesse caso, a *dimensão competitiva* contempla candidatos a “herdeiros”, que podem desempenhar funções de intérpretes de um “legado” (político e/ou cultural) e/ou submeter-se às prescrições próprias ao exercício de certas funções ou papéis – recorrentemente acompanhadas de *simbologias* e *símbolos distintivos*⁸.

Elementos pertinentes a essas reflexões vêm à superfície neste nosso texto; porém, a ênfase é em como, a partir das FPs e de seus intérpretes autorizados, são selecionados, atualizados e maximizados aspectos que conferem transcendência a determinados agentes (com dadas características e inscrições) e revigoram a consagração de causas, legados, instituições,

6 Ver Bourdieu (1989) e Gaxie (1977).

7 A exemplo dos trabalhos de Geertz (1997), Burke (2009); Neiburg (1992); Sento Sé (1999), entre outros.

8 Ver discussões de Grill (2012); Le Bart (2012); Collovald (1999); Neiburg (1998); e Haegel (1990).

bem como de seus possíveis sucessores. Claro, a intensidade dos fluxos de créditos pode oscilar em uma direção ou em outra segundo conjunturas, e mudar o vetor mais ou menos preponderante no decorrer do tempo.



2. Alguns delineamentos empíricos e analíticos

Em trabalho anterior, já havíamos mencionado que a maior parte das fundações partidárias brasileiras (assim como ocorre para as entidades homólogas em outras configurações nacionais) é batizada com o nome próprio de indivíduos notabilizados por suas atuações militantes e intelectuais (REIS; GRILL, 2017)⁹. De um modo geral, a tendência dos partidos maiores ou mais enraizados é a de celebrar lideranças da política republicana, colocando em sintonia a autoridade biográfica dos indivíduos com o peso ou as pretensões da organização partidária. Ao passo que para as siglas menores, a deferência é feita a protagonistas de eventos e posturas mais específicos ou engrandecidos por suas contribuições intelectuais às causas defendidas.

⁹ Constatção também apresentada em Fernandes e Dantas (2012).

Atentando rapidamente aos perfis, períodos de atuação, eventos protagonizados e às “bandeiras” encarnadas nas biografias dos agentes, localizamos quatro tipos: aqueles ligados à história do comunismo e do socialismo; as personalidades que dividem a “herança” do “legado” trabalhista e varguista; agentes vinculados ao ideário democrático via ligação com a “luta contra a ditadura”; e, por último, um núcleo de entidades que não personifica suas referências em personagens “heroicos”, mas em modelos de liberais. Obviamente, há vários pontos de intersecção, possibilidades de equivalências e zonas de confluências. Com efeito, múltiplas combinações de fatores são viáveis e distintas lógicas de identificação são perceptíveis nesses jogos de invenção/ usos de “ícones”.

Tomamos aqui o “nome como bússola” como oportunidade de ir além (GINZBURG, 1989, p. 175). Recorrentemente notamos que o núcleo de denominações ou de rótulos políticos, não fortuitamente, é um nome próprio, tomado como cola maleável a ajustes de sentidos de continuidade/ permanência no tempo e no espaço dessas empresas (como *transcendentalidade da realidade instituída*, nos termos durkheimianos). Se, de forma ampla, nomes de organizações, entidades ou “tradições políticas” comportam *funções de totalização e unificação* semelhantes àquelas exercidas pelos nomes próprios – a partir dos quais são atribuídos à existência de um indivíduo sentidos de constância diacrônica e sincrônica (BOURDIEU, 2011)¹⁰ –, a questão que se coloca é quando eles funcionam como *designador rígido* às narrativas organizacionais, ou como ponto aparentemente fixo da sua aparente congruência e consistência.

Seguindo essas pistas, uma primeira ponderação concerne às bases históricas e sociais que alicerçam aqueles considerados em condições de terem seus nomes eternizados, por quem, como e com quais expectativas (individuais e coletivas) de gratificação (fundamentalmente simbólicas).

Referimo-nos a personagens mortos e sabemos que, na multiplicidade de alternativas de homenagens póstumas, alguns são petrificados em monumentos, estátuas, prédios, radicados em ruas, avenidas etc. Rotinizados,

10 Não é por acaso, portanto, a recorrência das analogias com as “etapas da vida” (nascer, morrer, amadurecer, chegar à fase adulta...) comumente acionadas para narrar as “histórias” das instituições políticas. Ver, também, o obstáculo animista em Bachelard (1996).

provavelmente são incorporados na paisagem e nas classificações espontâneas, automáticas, coisificados como uma “memória” que não exige a ativação da “memória”. Para muitos (ou para os mesmos), são publicados livros de diferentes gêneros. E eles até podem ser lembrados em datas comemorativas, festas cívicas, e outras oportunidades de (re)vivificação de personagens e símbolos, as quais permitem atualizar identidades, enfim, formar *lugares de memória* (NORA, 1993). Muitos constam em galerias de notáveis, como verbetes, imagens, bustos etc. E, um pouco mais raramente, alguns são alocados como “patronos” – o que remete a uma posição de fundador ou herdeiro direto do precursor e protetor de uma linhagem – e apresentados como transcendentais ao próprio panteão, tendo seus nomes, gênios particulares e conquistas mais frequentemente evocados. Aos personagens consagrados a partir das FPs, a morte, de certo modo, constituiu-se em apanágio à monumentalização de seus nomes por meio da rotulação de instituições mais ou menos estáveis. Se em vida os indivíduos experimentam, vivenciam, fazem parte dos processos que instituem a sua *identidade social* e, quando são afetados por determinados *ritos* (de *passagem* ou de *instituição*) podem ser obrigados a morrer simbolicamente para “renascer” em nova condição (STRAUSS, 1999; BOURDIEU, 1996); talvez o mesmo se aplique à morte biológica como condição para formas de sobrevivência social e simbólica. Por isso, nosso ponto de partida é a configuração de investimentos que produz o delineamento e a associação a uma biografia (re)apresentada, a um só golpe, como exemplar e como repositório (objetivado) de usos possíveis de serem acionados por seus porta-vozes autorizados. A gestão da imagem das fundações (e até certo ponto extensivo a dos partidos aos quais são ligadas) é inseparável do agenciamento da imagem daqueles que lhe emprestam o nome. Ou melhor, o nome próprio atribuído a uma organização voltada a interesses coletivos – mesmo que esses sejam múltiplos, disputados e constantemente redefinidos – exige o trabalho constante de excepcionalização, pois a sacralização biográfica dos seus “ídeos” é fonte de credibilidade à entidade e aos seus componentes.

As modalidades de *consagração social* ou heroicização contribuem à substancialização de grupos, pois “personificam instituições ou processos coletivos”, abrangendo “[...] não apenas ‘figuras’ individuais, mas também instituições ou categorias através da reificação de abstrações e personificação

de coletivos” (CORADINI, 1998, p. 212-213). Determinados agentes (individuais ou coletivos), ao “imortalizar” (indivíduos, instituições ou categorias), estabelecem a sua própria proximidade com o “objeto sagrado”, revelam os recursos valorizados, definem eventos e se designam como legítimos portadores de um “patrimônio coletivo”.

Nossas fontes de dados foram mapeadas a partir das páginas oficiais mantidas pelas FPs presumindo (com algum risco) que o material veiculado conta com aprovação institucional; logo, corresponde a algum acordo acerca da sua autoimagem e versões relativamente comungadas. Procuramos rastrear produtos laudatórios disponibilizados ou propagandeados nesses veículos, atentando às linhas que de um “nome” convergem e que para ele se direcionam. O que permitiu reunir uma gama diversificada de documentos que funcionam, de distintas formas, como suportes a partir dos quais são fabricadas, sustentadas ou renovadas as figuras e biografias.

Na mesma pesquisa anterior, localizamos o peso de intervenções e relações das lideranças com representantes de FPs alemãs, desde as primeiras organizações desse tipo no Brasil. E verificamos que a “democracia” – a ser conquistada, consolidada ou reformulada – é ativada como problemática fulcral das elaborações tecidas e apoiadas nessas conexões (REIS; GRILL, 2017).

As fundações partidárias alemãs emergiram com força após a Segunda Guerra Mundial, na trilha do processo de redemocratização¹¹. Entre os objetivos priorizados naquele momento, estava o de eliminar os resquícios nazistas e demonstrar a adesão da Alemanha à cultura e às atitudes democráticas em período de “guerra fria”. Na sequência, as FPs alemãs se afirmaram como veículos centrais de uma política de cooperação internacional e de marcação da presença do país em outras realidades nacionais, no sentido de contribuir para a democracia no plano internacional – sobretudo direcionada aos países em posições periféricas na hierarquia das nações democráticas. No projeto que temos em andamento, estudamos as duas maiores organizações constituídas, que coincidem com aquelas há mais tempo presentes em solo brasileiro: Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS/CDU: União Democrata-Cristã) e a Friedrich-Ebert-Stiftung (FES/

11 Ver Reis e Grill (2017); Fernandes e Dantas (2012); Pedroti (2005 e 2006).

SPD: Partido Social Democrata)¹². Elas estão em contato com lideranças políticas brasileiras desde os anos de 1960; porém, suas intervenções no Brasil (e na América Latina) foram incrementadas apenas nos anos 1980.

O processo de afirmação das FPs demonstra o paralelo com conjunturas e iniciativas de retomada democrática (pelo menos em termos formais). A importação dos modelos exógenos pôde ser percebida no Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais (IEPES), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criado em 1972, com inspiração reivindicada na FES¹³. Com o pluripartidarismo, na primeira metade dos anos 1980, foram criados órgãos desse tipo nos principais partidos constituídos e, subsequentemente, outras entidades foram sendo fundadas, recriadas, renomeadas, adaptadas a enquadramentos institucionais/jurídicos, questionadas e, poucas, bem consolidadas¹⁴.

Para lidar neste artigo com um eixo coerente, tomamos somente a FES como referência de controle. E, dos exemplares nacionais, optamos por examinar a Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (criada nos anos 1980 como Instituto Alberto Pasqualini, e renomeada, nos 2000, como homenagem póstuma à Brizola), ligada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). E a Fundação Ulysses Guimarães (nos anos 1980 o PMDB criou o instituto Pedrosa Horta e, na década de 1990, reformulou sua entidade, igualmente em tributo pela morte de uma das suas principais lideranças), ligada ao (Partido do) Movimento Democrático Brasileiro (P/MDB). Tal escolha deve-se à identificação, desde a gênese de suas formações, com a homóloga alemã; pelas afinidades e rivalidades discursivas/

12 Quanto às demais: a Fundação Friedrich Naumann (dos liberais – Free Democratic Party – FDP) desde 1992; a Fundação Heinrich Böll (do Partido Verde) desde 2000; a Fundação Rosa Luxemburgo (do Partido de Esquerda – Die Linke – PDS) desde 2003. Apenas a Fundação Hanns Seidel, criada em 1967 pelos Social-Cristãos da Bavária (CSU), não possui sede no Brasil, privilegiando a atuação na África (PEDROTI, 2006).

13 A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) formou, igualmente nos anos 1970, o Instituto Milton Campos. Junto com o IEPES, refletiam a composição de forças entre agentes homogeneizados em torno de uma bipolarização naquela conjuntura (de sustentação ou oposição ao regime militar). Sobre a formação, dinâmica e porta-vozes do IEPES a partir do Rio Grande do Sul, ver Reis (2015).

14 Para uma análise precisa desses processos, incluindo o deslocamento da preponderância dos “institutos” para as “fundações”, conferir Reis e Grill (2017). Naquele momento, a discussão se desdobrou no exame, por critérios explicitados, da configuração da Fundação Perseu Abramo, por ser a mais fortemente institucionalizada das entidades examinadas, nucleadora de outras FPs menores, ligadas a partidos situados mais à esquerda, e com parcerias frequentes com a FES. Estamos desenvolvendo a análise específica dessas e outras “parcerias”.

ideológicas alimentadas entre seus membros; e porque podemos abranger, a partir das inscrições dos personagens consagrados em seus nomes, períodos de “crises” tidos como abalizadores da história política brasileira. Inclusive, para a exposição dos casos, seguimos como critério de ordenação a cronologia histórica dos eventos marcantes aos quais os “heróis” são associados nas edificações biográficas.

Finalmente, vale esclarecer que não temos pretensão de assumir uma via comparatista sistemática; o que exigiria uma série de critérios de recortes, cotejamentos sistemáticos, rigor de justificações etc. No entanto, confiamos em um *sentido de comparação* como “via para propor hipóteses de explicação que não sejam somente tautológicas”, isto é, que não se restrinja a “encontrar evidências”, a fazer um “inventário das analogias” as mais formais e a reforçar os mesmos traços, especificidades e diferenças, que mais funcionam para reproduzir diferenças culturais como se elas fossem intransponíveis (CHARLE, 2001, p. 28). Sendo assim, cuidamos para não pensar meramente nos contrastes inevitáveis, que geralmente orienta, de forma tendenciosa, o olhar às discrepâncias valorativamente ajuizadas. E, sim, seguir um *raciocínio analógico* (BOURDIEU; WACQUANT, 1992) sustentado em diretrizes analíticas claras, o que assegura alguma vigilância e alcance explicativo das regularidades observadas.

3. O nome próprio como base dos tributos prestados

A primazia do nome e sua magia social contam com processos e cerimônias de transmissão de atributos e até de uma “força divina”, sendo o poder do ser proporcional à eficácia e à *significação mítica* que o nome pode conter (CASSIRER, 1992, p. 67-71). Nos elogios fúnebres, as trocas simbólicas dos vivos com os mortos carregam múltiplos e variáveis sentidos (relativos ao tempo, ao espaço, aos grupos e às categorias em pauta). Entre esses, abarcam lógicas de amortização de uma dívida simbólica impagável aos credores, purificados ou redimidos pela privação da vida, por devedores, que devem seguir cumprindo a sua “missão” (HÉLIAS, 1979).

Às iniciativas de enunciação das virtudes do desaparecido, podemos conjugar o lugar, o papel ou até os interesses daqueles devotados em promovê-las. Evidentemente, o nível, a intensidade e as renovações dos cultos póstumos se

relacionam ao valor social e/ou afetivo do morto. “Em seu nome”, instituições ou indivíduos exaltam características a serem preservadas, sintetizadas na ideia abstrata de “memória” e, não raramente, apresentam-se como detentores legítimos dos mesmos predicados. Assim, os tributos prestados podem ser pensados como oportunos à reivindicação e à aclamação de trunfos de excelência a serem valorizados, bem como à observação dos critérios de hierarquização (em disputa) que regem a atividade política (DULONG, 1994). Nas estratégias de enaltecimentos, assumem relevo uma diversidade de suportes (reconstituições, pronunciamentos, publicações etc.) que atualizam, a um só tempo, a vida do homem de carne, osso e sangue, e suas “glórias”, esteio da imagem pública do “grande homem”.

A Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) comporta múltiplos meios, veículos, estratégias de heroificação. A instituição promove e divulga eventos comemorativos de aniversários, atividades cuidadosamente planejadas, depoimentos, exposições, documentários, mesas redondas, debates, festas, palestras, conferências, selos postais, matérias publicadas em jornais etc.

A preocupação da entidade com o acesso do público ao material é tamanha que, devido à necessidade de manter um museu físico (dedicado particularmente a Ebert) fechado durante a pandemia, investiram em aperfeiçoar um guia de áudio possível de ser acionado como aplicativo da web por meio de navegador da internet em PC ou smartphone. Esclarecem que, sendo as estações de escuta independentes, os visitantes podem direcionar seu próprio *tour* em quaisquer circunstâncias e em diferentes línguas. E, por esse intermédio, podem ter “muitas informações básicas sobre o primeiro presidente do Reich alemão Friedrich Ebert e sua época”. Além de exposições com “temas históricos, valendo-se de suas extensas fontes no arquivo da socialdemocracia (disponíveis: “História da socialdemocracia”; “Willy Brandt”; “Friedrich Ebert –1871-1925. Do líder dos trabalhadores ao presidente do Reich”; “Solidariedade e resistência. Relações germano-gregas durante a ditadura militar grega”; “Mulheres em Movimento – Cartazes políticos”; “O milagre econômico alemão – Fotos da República de Bonn – Fotografado por Jupp Darchinger”)¹⁵.

15 <https://ebert-gedenkstaette.de/>, acessado em 27 de agosto de 2021.

O aniversário de 90 anos da entidade, em Berlim (2015), foi apresentado como tendo a presença de “mais de 1.000 convidados da política, sociedade, negócios, ciência e mídia”. Já no centésimo aniversário da eleição de Ebert como presidente do Reich, foi registrada sua “defesa dedicada a fortalecer a democracia no Estado, na sociedade e na economia”, enquanto, “no presente”, tais “normas, instituições e procedimentos democráticos, duramente conquistados, são cada vez mais desafiados”. Isso seria reflexo “do boom europeu de partidos extremistas de direita e do populismo galopante”, comprovando que “uma nova ‘coragem para a democracia’ é necessária!”. Por isso, seriam justificadas as atividades pautadas em indagações como: “O que o moldou [Ebert] e quais convicções políticas o guiaram? Quais foram as situações de conflito e inovações revolucionárias naquela época?” (FES, 2021)¹⁶.

Em 2021, novamente por conta da pandemia, as comemorações do 150º aniversário de Friedrich Ebert foram adaptadas. Uma das atividades realizadas foi a conferência científica *online* “Socialização e política socialista: os ‘1870’ em uma perspectiva comparativa internacional”, para celebrar os “socialistas nascidos na década de 1870” que, “em toda a Europa, após a Primeira Guerra Mundial, assumiram posições de liderança” (FES, 2021)¹⁷.

Como parte da comemoração, foi veiculada uma biografia assinada pelo professor Walter Mühlhausen¹⁸ (em edição especial complementada por seção de fotos, com caricaturas e informações sobre a fundação). O livro, de 200 páginas, “está disponível exclusivamente na Friedrich-Ebert-Haus pelo preço especial de 5 euros”. Trata-se de uma “biografia pictórica com cerca de 400 fotos”, retratando as “fases da vida” daquele que seria o “artesão, socialdemocrata, fundador da república e presidente do

16 Disponível em: <https://www.fes.de/stiftung/geschichte/90-jahre-friedrich-ebert-stiftung/#c28053>

17 Disponível em: <https://www.fes.de/ebert150>, acessado em 27 de agosto de 2021

18 Walter Mühlhausen tem vários livros especialmente destinados à gestão biográfica de Ebert e à República de Weimer. Com doutorado em história, atua como professor universitário (atualmente é professor de história contemporânea na Universidade Técnica de Darmstadt) e, principalmente, como pesquisador. É figura central na promoção e animação das atividades de recuperação de Ebert. No site do memorial, junto com a biografia de Mühlhausen, há, em arquivo em PDF, a disponibilização de uma lista de suas publicações (<https://ebert-gedenkstaette.de/>).

Reich”. A publicação é apresentada como “uma contribuição para a biografia de Friedrich Ebert, mas também para a história fotográfica geral de seu tempo”. E estão disponíveis outras publicações da fundação (com fotos das capas, número de páginas, valor etc.) voltadas à “vida e obra de seu homônimo e com temas que preocupavam os socialdemocratas e estadistas da época e que ainda hoje são relevantes”. Incluindo uma versão (que pode ser solicitada por e-mail) do “Ebert Pocket”, que “ilustra em 48 páginas sua vida única na história alemã do século XX, no contexto de sua época” (STIFTUNG REICHSPRÄSIDENT-FRIEDRICH-EBERT-GEDENKSTÄTTE, 2021)¹⁹.

Na Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini (FLB-AP), a homenagem inicial foi ao ex-senador pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e considerado um dos principais “teóricos do trabalhismo” no Brasil, Alberto Pasqualini. Depois, com a morte de Leonel Brizola (em 2004), houve a fusão dos nomes das duas lideranças. Entretanto, comparativamente, é discrepante a vigorosa consagração de Brizola e de outras “lideranças trabalhistas” (como o ex-presidente João Goulart e o ex-ministro Darcy Ribeiro) nas divulgações, em detrimento do primeiro. Sobre o conteúdo, ele se constitui preponderantemente de retransmissões de iniciativas pontuais promovidas em outros espaços, e menos por diligências e produções próprias. Ou seja, a partir da fundação partidária são colocados para circular empreendimentos de agentes dispersos em diferentes situações e que, de algum modo, ligam-se aos mesmos ideais e eventos marcantes.

Entre os *links* disponibilizados na página da FLB-AP (2021a)²⁰, um deles é para o Centro de Memória Trabalhista (CMT). O repositório ainda não foi alimentado, mas foram criados perfis em duas redes sociais (*Facebook* e *Instagram*), armazenando boa e variada quantidade de materiais. Afora as postagens de atualização, sobretudo de eventos históricos, personagens, “feitos”, imagens, ditos e publicações, e a promoção de *podcasts gratuitos com áudios de Brizola. A oferta desses conteúdos faz parte do projeto, lançado em 19 de agosto de 2020, de disponibilizar, nas principais plataformas virtuais, canais digitais com vídeos e imagens*

19 Disponível em: <https://www.ebert-gedenkstaette.de/pb/Startseite/Friedrich+Ebert/Publikationen.html>.

20 Disponível em: <http://flb-ap.org.br/>.

consideradas históricas de lideranças nacionais²¹: “Em programas como o ‘Fala, Brizola’ e ‘A Voz Trabalhista’, discursos, mensagens e depoimentos serão resgatados para que o ouvinte possa acompanhar, na hora que quiser, momentos que ajudam a contextualizar a construção do Trabalhismo não só no Brasil, mas pelo mundo” (PDT, 2021a)²².

Um dos eventos difundidos ocorreu no programa on-line “Café com Lupi” (Carlos Lupi é o atual presidente nacional do PDT), no qual o dirigente partidário (ex-ministro do trabalho e considerado uma espécie de “afilhado” do homenageado) buscou “rememorar a trajetória do trabalhista que atuou politicamente do governo Vargas ao século XXI defendendo as causas nacionais e o povo”; assim como narrar “felmente acerca dos feitos do líder trabalhista”, para lembrar os “17 anos sem Brizola”, conforme mencionado no CMT (2021) e na FLB-AP (2021a)²³.

Também é dado consistente destaque à inscrição do nome do “líder” no “Livro de Aço dos heróis da Pátria”, em 12 de dezembro de 2018, como proposta do promotor de justiça, ex-deputado estadual e federal, pelo Rio Grande do Sul, Carlos Vieira da Cunha (genro de um dos principais fundadores do PDT/RS, foi o primeiro vice-presidente nacional e presidente regional do partido, e sucedeu Leonel Brizola na vice-presidência da Internacional Socialista). Segundo descrição, o monumento sintetizaria um “legado de nomes” inscrito no “panteão da Pátria”, que está localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília (capital do país) (SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, 2018)²⁴. Saudando a “cerimônia de entronização dos novos heróis e heroínas da Pátria”, foi mencionada a

21 Programas nas plataformas: Apple Podcasts (<https://cutt.ly/9dRav4B>); Spotify (<https://cutt.ly/adRdtOQ>); Google Podcasts (<https://cutt.ly/cdRaFFV>).

22 Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/centro-de-memoria-trabalhista-lanca-podcasts-com-audios-de-leonel-brizola/>.

23 Mais informações em: <https://www.facebook.com/CentroDeMemoriaTrabalhista/>; <https://www.youtube.com/watch?v=B2BeutTguVk>.

24 Inaugurado em 07 de setembro de 1989, o “Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves” é um “simbólico livro” que “homenageia personagens que tiveram papel fundamental na construção do país” e visa a perpetuar “a preservação da memória nacional”. Segundo apresentação: “O conjunto da obra homenageia a liberdade, a democracia e todos os homens e mulheres que se sacrificaram para garantir a autonomia e o engrandecimento da nação nos episódios históricos em que o direito à liberdade foi colocado em risco”. Consultar: <https://www.cultura.df.gov.br/novos-nomes-para-o-livro-de-herois-e-heroinas-da-patria/>.

presença, entre outros, de Juliana Brizola (neta e atual deputada estadual no Rio Grande do Sul, pelo PDT). Na ocasião, ela agradeceu “a homenagem ao avô, em nome da família”, declarando que “[...] o momento era de muita emoção para a família, porque a inscrição dele no livro é o reconhecimento do grande homem que ele foi” (CMT, 2021, [s. p.])²⁵.

Outro direcionamento realizado a partir da página da fundação é para a Universidade *aberta* Leonel Brizola (ULB), caracterizada como um “projeto de Escola de Formação Política vinculada à FLB-AP para a organização e crescimento do PDT”. Cujas “missão” explicitada é a de “[...] proporcionar educação política e capacitar nossos militantes para transformar o Brasil, protagonizando e apresentando teses, lutas e reivindicações junto ao povo brasileiro” (FLB-AP, 2021a, [s. p.]).

Cumpramos sublinhar também a menção às denominadas “cartilhas históricas”, que são livretos (disponibilizados em PDFs, com acesso gratuito e indicação de outros volumes em preparação), com a finalidade de “homenagear as grandes lideranças históricas do trabalhismo”. Eles compõem a série intitulada “Memórias trabalhistas”, mediante a qual são retratadas “a vida e a obra” de alguns personagens já falecidos²⁶. Na divulgação das publicações, a tônica empregada no enaltecimento dessas figuras passa pela demonstração dos vínculos que possuíam com Leonel Brizola e/ou João Goulart.

Ademais, são propagandeados vários livros sobre “trabalhismo”, de lideranças valorizadas ou referentes a elas, e tratando de temáticas às quais se associaram ou são associadas (como a “educação” e “combate ao racismo”). Enfatizamos aqui o “Convite para o lançamento do segundo volume do “Leonel Brizola – uma biografia política – engenheiro da educação”. Com autoria de Hari Alexandre Brust – indicado como um “legalista” (em alusão à participação no Movimento pela Legalidade) e “militante trabalhista”, em parceria com o jornalista Nilton Nascimento, credenciado

25 Matéria originalmente publicada no site do PDT na Câmara, em 12 de dezembro de 2018, com o título: **“Nome de Brizola foi inscrito no livro de aço dos Heróis da Pátria”**.

26 Foram biografados até o momento: Neiva Moreira (jornalista e ex-deputado federal pelo Maranhão e ex-presidente nacional do PDT), Luís Carlos Prestes (líder tenentista, principal dirigente do PCB ao longo do século XX, ex-deputado federal e apoiador das campanhas de Leonel Brizola nos anos 1980) e Doutel de Andrade (advogado e jornalista, ex-deputado federal e vice-governador por Santa Catarina e fundador do PDT).

como “pesquisador e escritor”²⁷. O prefácio foi assinado por Manoel Dias (presidente da FLB-AP). A “obra” traria “um retrato da biografia de Leonel Brizola com os olhos de quem conviveu de perto” com ele, relatando “fatos ocorridos a partir do movimento militar de 1964, até o falecimento de Brizola em 2004, no Rio de Janeiro”. Os autores já haviam publicado, em 2015, o primeiro volume com o mesmo título, acompanhado de outro subtítulo: “O fio da história – 1922-1964”. Como consta na quarta-capa, eles se propuseram a responder duas questões: 1) “como se deu o nascimento do trabalhismo brasileiro, respaldar as atitudes getulistas [...]”, e 2) “como se forjou essa personalidade desde a infância miserável do menino Itagiba, em Carazinho, até sua transformação em Leonel de Moura Brizola, o maior líder trabalhista nacional”. Esse último é apresentado por Carlos Lupi e prefaciado por Cristovam Buarque – então senador pelo PDT, candidato a presidente pelo partido, em 2006, ex-governador do Distrito Federal e ex-reitor da Universidade Brasília (UNB).

No que tange à fundação do (P)MDB, não observamos tanto empenho na diversificação de homenagens prestadas a Ulysses Guimarães. Isto é, ele parece ser um personagem de algum modo menos nucleador e personificador dos investimentos de sustentação da entidade. Os lugares destinados à exposição dos atributos do agente são definidos e restritos. E o principal recurso de exaltação são fragmentos de depoimentos de lideranças políticas e intelectuais notabilizadas, ligadas a diferentes colorações partidárias. Principalmente, a estratégia preferida para caracterizá-lo é listando honrarias e homenagens acumuladas no decorrer da sua carreira e depois da sua morte.

Mesmo não priorizando a comemoração sistemática de datas relevantes à biografia do político ou da história do partido, há a reprodução de homenagens feitas em outros espaços, sobretudo na Câmara dos Deputados,

27 Hari Alexandre Brust é apresentado na segunda aba do livro como “amigo e colaborador desde 1957”, com origem “na fronteira oeste do Alto Uruguai, a mesma região de Carazinho, cidade natal de Brizola”, participou desde os primeiros momentos da carreira política de Leonel Brizola”, e “conheceu e viveu as mesmas tradições históricas e combateu as mesmas lutas políticas que o herói deste livro”; e Nilton Manoel do Nascimento aparece na primeira aba, e é descrito como “jornalista e editor, pesquisador, escritor e intelectual público, bem como ativista social e presidente do Instituto Negro em Movimento (NEM), instituição com foco em questões de interesse da comunidade afro-brasileira”.

e a preocupação em retratar diversas reportagens e artigos publicados em distintos veículos.

Pontuamos a inauguração de duas esculturas/monumentos, e a Sessão Solene na Câmara dos Deputados (2019)²⁸, que celebrou os 103 anos de seu nascimento e na qual ocorreu a inauguração da estátua de bronze de 1,80 m do “Dr. Ulysses Guimarães” (FUNDAÇÃO ULYSSES, 2019)²⁹. Bem como a inclusão do seu nome no “Livro de Heróis da Pátria”, assim como detectado para Leonel Brizola. O que teria sido uma “iniciativa de reconhecer esse grande homem como herói”. O depoimento do relator da proposta, deputado federal Daniel Vilela (presidente do MDB de Goiás e “herdeiro” de uma das principais lideranças políticas do estado, ex-senador e ex-governador pelo P/MDB), atestaria que “[...] Ulysses Silveira Guimarães, nascido em 1916 em Rio Claro (SP), foi um dos mais ativos opositores da ditadura militar instaurada em 1964, e posteriormente principal líder da campanha das ‘Diretas já’” (FUNDAÇÃO ULYSSES, 2017b, [s. p.])³⁰.

Localizamos ainda, no site da FUG, a indicação de vários livros publicados por Ulysses, mas poucas referências às biografias (e são muitas) publicadas sobre ele. Inclusive, foram divulgados “5 livros para entender política”, que visariam a proporcionar o “acompanhamento dos constantes debates” e “conhecer a história do seu país”. No entanto, nessa coletânea intitulada “O Pensamento Político Brasileiro”, editada pela fundação, outros perfis foram privilegiados. Segundo chamada: “A contribuição de cada um deles ao Brasil que temos hoje pode ser constatada nas publicações, lançadas de 2011 a 2013”, e segue esclarecendo que “[...] cada uma delas traz o prólogo assinado pelo ex-presidente da FUG, Eliseu Padilha, e conta com uma cronologia sobre a vida do personagem histórico e seu pensamento político” (FUNDAÇÃO ULYSSES, 2016, [s. p.]). Os exemplares

28 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ngic80KDBZ8>.

29 Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/camara-dos-deputados-e-fug-homenageiam-ulysses-guimaraes/>.

30 Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/camara-aprova-inclusao-de-ulysses-guimaraes-no-livro-de-herois-da-patria/>.

estão acessíveis gratuitamente na página da entidade, juntamente com centenas de outros títulos³¹.

Com base nesse mapeamento geral, verificamos que a tessitura das imagens heroizadas pertinentes à construção das *biografias estratégicas* se alicerça na recuperação de traços em quatro rotas: 1) das origens sociais ou propriedades profissionais e intelectuais dos agentes, ostentadas como aparentemente anteriores ou apartadas das atividades políticas propriamente ditas, mesmo que nitidamente acionadas para justificar aptidões e credenciamentos ao jogo político; 2) das inserções e atitudes das lideranças como exemplares em momentos críticos e tidos como cruciais, sobretudo nas trajetórias nacionais de conquistas “democráticas”; 3) das elaborações definidoras e definitivas à afirmação de “legados”, “tradições” políticas-ideológicas e de causas (hodiernamente) apresentadas como urgentes; 4) e da associação aos processos de construção e valorização dos itinerários partidários, e as autenticações dadas em depoimentos de protagonistas autorizados a celebrar e se conectar às mesmas apetências e envergaduras.

4. Das origens e propriedades sociais às entradas e imagens na política

Domínios diversos e justapostos (famílias, escolas, universidades, movimento estudantil, sindicatos, partidos, religiões etc.) são *locus* de socialização, bem como de aquisição de competências, trunfos e reconhecimentos. De acordo com os recursos herdados e adquiridos, assim como a estruturação do espaço político em dada conjuntura, é possível apreender condicionantes intervenientes às entradas individuais e coletivas (grupos sociais, profissionais, geracionais) na política³².

Entretanto, importa-nos indicar como, a partir de reconstruções biográficas diretamente orientadas ao trabalho de heroização, os próprios envolvidos concatenam, de forma mais ou menos intuitiva, informações dos perfis sociais, de critérios de legitimação e da oferta político-partidária

31 Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/5-livros-para-entender-politica/>.

32 Há uma gama de trabalhos, principalmente a partir da sociologia política francesa, que priorizam essas dimensões. Ver, por exemplo, Offerlé (1997) e Levêque (1996).

válidas em certas configurações históricas. Logo, o material aqui examinado sobre os personagens homenageados e as estratégias de exaltação mobilizadas por porta-vozes de partidos e fundações podem fornecer pistas consistentes acerca dessa espécie de teorização nativa da política e das possibilidades de ascensão à condição de líder eternizado.

Muito desse trabalho é operado com acuidade em publicações de caráter biográfico, consistentemente recomendadas nas páginas das fundações. Como mencionamos, trata-se de uma das principais estratégias de consagração empregadas; por isso, é preciso levar em conta que não é uma tarefa universalmente disponível. Ou seja, é geralmente delegada ou assumida por agentes que interseccionam engajamentos políticos com disposições, habilitações e aquiescências, que se traduzem em respaldos intelectuais; portanto, autorizando-os a esse tipo de produção.

Friedrich Ebert é uma das lideranças políticas mais celebradas na história política e associadas aos esforços de construção democrática na Alemanha. Suas origens, seu percurso e suas façanhas são apresentados (a partir da fundação partidária que carrega seu nome) em diferentes momentos e modalidades de consagração. Acessando diversas entradas disponíveis no site principal da FES, encontramos desde exposições mais sintéticas – como a descrição cronológica da biografia, situando as datas consideradas marcantes – até descrições de maior fôlego, reproduzindo, na própria página, passagens de livros publicados sobre ele. É interessante observar a recorrência de demarcações temporais, sempre muito bem ilustradas com fotografias certificadoras das caracterizações em obra, das fases da vida familiar e política do agente.

O itinerário reconstruído é baseado nos livros de Walter Mühlhausen (2017a, 2017b), com os acréscimos, principalmente de fotos, para as homenagens ao 150º aniversário de Ebert. O trajeto de “artesão a presidente do Reich” da “primeira democracia em solo alemão” inicia situando o ano do nascimento (1871), em Heidelberg, como sendo o mesmo da fundação do Império Alemão. Ele era o sétimo dos nove filhos de um casal de alfaiates bem assentados. Mas, mesmo sem “vivências de lutas diárias pelo trabalho e subsistência, o ambiente do bairro [...]” teria o “sensibilizado para as injustiças sociais”. O aprendizado como seleiro (1885-88) e o casamento

(1894) com Louise Rump (1873-1955) aparecem como dados importantes da sua trajetória.

Com a ex “operária de fábrica”, teve três filhos e uma filha. Os dois primeiros teriam morrido na Primeira Guerra Mundial (1917) e o terceiro seguiu carreira política, depois da Segunda Guerra Mundial (morreu em 1975). E, sobre a única filha mulher, não encontramos mais informações. Louise é frequentemente perfilada com ênfase na sua origem pobre, nas “condições precárias” enfrentadas na infância, na experiência como empregada doméstica e no envolvimento, mesmo antes do casamento, em atividades sindicais. No entanto, a imagem traçada interpreta o afastamento dessas inscrições para acompanhar o marido como benéfica ao seu “crescimento” e “reconhecimento”: “Ebert encontra apoio em sua esposa em seu caminho de líder do partido a presidente do Reich; ela cresceu nas tarefas determinadas pelo caminho político de seu marido e mais tarde ganhou amplo reconhecimento como a esposa do presidente do Reich”³³.

O início da carreira política é demarcado como tendo sido com o ingresso no SPD (1889). Mesmo período em que esteve enquadrado na Lei Antissocialista (1878-1890) do chanceler imperial Otto Von Bismarck, proibindo o funcionamento da imprensa e dos partidos socialdemocrata, socialista e comunista (PORTAL ZUR GESCHICHTE DER SOZIALDEMOKRATIE, 2021)³⁴.

A ida para Bremen, “sem nenhum tostão”, teria dado a Ebert a chance de acumular “ferramentas políticas” e de incorporar “valores social democratas”. Ele atuou como editor no jornal local da socialdemocracia *Bremer Bürger-Zeitung* (1893), e essa atividade é avaliada como propícia ao “contato com as ideias políticas do movimento operário e do marxismo” e proveitosa à projeção conquistada. E chegou a ser estalajadeiro durante seis anos (nessa posição, pelo “conhecimento de política social e direito social, aconselhou os trabalhadores gratuitamente, principalmente em questões relacionadas ao

33 <https://www.friedrich-ebert.de/friedrich-ebertde/recherchen/biographie>.

34 Disponível em: <https://www.geschichte-der-sozialdemokratie.de/demokratie/persoenslichkeiten-im-fokus/friedrich-ebert/>.

sistema de seguro social introduzido por Bismarck na década de 1880”). Mormente, conquistou a condição de presidente do SPD local.

O percurso reconstituído aproxima Ebert de outros contemporâneos de socialdemocracia, enlaçados por suas inscrições de classe, sindical e jornalística.

Como a maioria dos líderes socialdemocratas do século 19 e início do século 20, a carreira política de Ebert começou como um jornalista sem um tostão, sem formação acadêmica, que experimentou a pobreza existencial diretamente ou em seu ambiente. Por sua própria iniciativa, auto-organizado e em constante intercâmbio com pessoas com ideias semelhantes, ele teve que desenvolver laboriosamente os fundamentos educacionais e habilidades retóricas para suas ambições políticas. Por meio de sua carreira no movimento operário, ele precisou alcançar a ascensão social por conta própria, mas sem nunca perder o contato com suas origens e raízes sociais. (PORTAL ZUR GESCHICHTE DER SOZIALDEMOKRATIE, 2021a, [s. p.]).

Para as lideranças da FPs brasileiras o realce maior é na apresentação do elenco de postos (políticos ou não) ocupados, das insígnias de diferentes espécies recebidas e do protagonismo em eventos, que seriam balizadores do percurso da histórica política nacional à democracia. As biografias não são reconstituídas nas páginas das fundações com abundância de detalhes sobre os percursos prévios. Entretanto, persiste a credibilização de publicações nas quais são armazenadas informações históricas e biográficas pormenorizadas.

Moniz Bandeira é um dos biógrafos de Leonel Brizola mais célebres; por conta dos títulos acadêmicos e profissionais ostentados (Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília) e das experiências políticas acumuladas. Entre elas, ter estado no exílio uruguaio ao lado de João Goulart e Leonel Brizola. Com este último também esteve em Nova Iorque, inicialmente, e, depois, na Europa, intermediando contatos com expoentes da social democracia: Mário Soares, François Mitterrand e Willy Brandt³⁵.

35 Atuou no Partido Trabalhista Brasileiro, na organização clandestina Política Operária (POLOP). Especializou-se no estudo das relações entre Brasil e Alemanha e vinculou-se fortemente àquele país, atuando na Universidade de Heidelberg e casando com uma alemã.

Ao que tudo indica, Bandeira inaugurou, ainda nos anos 1970, um padrão de narrativa que incensa a origem humilde de Brizola e a sua inscrição exitosa na chamada “tradição trabalhista” (proximidade com os seus líderes e com os símbolos reivindicados: luta por direitos sociais e trabalhistas e contra o imperialismo, entre outros). O que foi, posteriormente, retomado por dezenas de biógrafos, quase todos também “companheiros de militância” do ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.

“Brizola e o trabalhismo” (1979) é caracterizado (em texto para a orelha da edição) por Ênio Silveira (diretor da Editora Civilização Brasileira, pela qual o livro foi publicado, e ligado ao Partido Comunista Brasileiro), como um “trabalho de pesquisa e interpretação de um intelectual consequente e militante”. Baseado em depoimentos do próprio biografado, o livro é dividido em quatro partes. A primeira parte trata das “origens de evolução do PTB”; a segunda tem como foco “a vida de Brizola, mostrando suas origens sociais, sua carreira como *self-made-man*, até ascender na política nacional, como líder de massas, autêntico intérprete das camadas mais combativas do trabalhismo”; na terceira, são descritas três conferências nas quais Brizola “aborda relevantes problemas da luta anti-imperialista”; e a quarta parte traz a transcrição de uma entrevista com a liderança em questão (BANDEIRA, 1979, p. 10).

As origens de Brizola são localizadas em um “lar de camponeses pobres”. A família residia em localidade do distrito de Carazinho (interior do Rio Grande do Sul), então formada por agricultores sem título de propriedade. A mãe é descrita como professora e neta de portugueses, e o pai como agricultor e tropeiro (condutor de gado). José Brizola, partidário da Aliança Libertadora, teria participado da guerra civil de 1923. Ele aderiu à luta armada dos “maragatos” – combatentes que reivindicavam “a instituição do voto secreto e outras franquias democráticas”, sob o comando de Leonel Rocha, “um camponês general, que “mais tarde respaldaria a Marcha da coluna Prestes” (BANDEIRA, 1979, p. 41-43) –, deixando a esposa e os cinco filhos (uma mulher e quatro homens). Além disso, o mais novo, com um pouco mais de um ano de idade (nascido em 1922), nem nome tinha; mas, ao que consta, seria chamado de Itagiba de Moura Brizola. Acontece que:

[...] um dia, quando ainda não completara dois anos, sua irmã mais velha, Francisca, o encontrou a brandir uma pequena espada de maneira, gritando 'Eu sou Leonel Rocha'. A legenda deste guerreiro *maragato*, cujas estórias de bravura em casa tanto ouvira, bem com a do próprio pai, sacrificado porque também participara da luta contra a opressão, comporiam os valores pelos quais o jovem Brizola, consciente ou inconscientemente, orientaria sua vida. (BANDEIRA, 1979, p. 44-45, grifo no original).

Não por acaso, o Livro I (de um compêndio dividido em três livros que formam o Volume 1) da biografia publicada (em dois volumes) por Brust e Nascimento, é intitulado: “Do guri Itagiba, ao jovem Leonel de Moura Brizola”. Particularmente no capítulo “1835-1923 – o Rio Grande em transe: revoluções, revoluções e mais revoluções [...]”, e, ainda mais precisamente, na seção “A guerra de 30 anos dos maragatos contra os pica-paus e os chimangos que forjou a personalidade política de Brizola e lhe deu o nome de ‘Leonel’. Ou quando o ‘Ordem e Progresso’ chegam ao campo gaúcho, é hora do pampeiro ir à luta” (BRUST; NASCIMENTO, 2015, p. 118-127).

Brizola viveu com a irmã em Passo Fundo (município situado no norte do Rio Grande do Sul) em condições econômicas reputadas como adversas. Entretanto, uma “transformação completa do jovem Brizola” teria acontecido quando foi morar com um reverendo e sua esposa. Eles proporcionaram sua matrícula, aos 14 anos, em uma escola técnica de Porto Alegre/RS, na qual teria residido graças à autorização do diretor, “comovido com seu esforço, com seu desejo de estudar naquela situação de pobreza” (BANDEIRA, 1979, p. 46). Com o diploma de técnico rural, fora aprovado em concurso do Ministério da Agricultura ao cargo de fiscal de moinhos. Porém, deixou esse posto para ser jardineiro da prefeitura de Porto Alegre. Depois de completar o ginásio e o colegial à noite, conseguiu ser aprovado no vestibular para a Escola de Engenharia.

No “estado de beligerância” do país contra a Alemanha no Governo de Getúlio Vargas (1942), “Brizola e seus colegas mais íntimos, todos de origem bastante modesta e trabalhando para estudar, simpatizavam com Vargas e também com Luís Carlos Prestes, o legendário Cavaleiro da Esperança”. Por isso, envolveu-se no movimento “queremista”, e o golpe de 1945 parecia uma confirmação da sua opção, que o “inclinava” a obedecer a um “instinto de classe” (BANDEIRA, 1979, p. 47-48). Como

decorrência, uniu-se a sindicalistas situados na capital para integrar o “primeiro núcleo do PTB gaúcho”. Mais adiante, segundo consta: “Alberto Pasqualini, juntamente com todo o seu grupo, a União Social Brasileira, ingressou no PTB, procurando dar-lhe conteúdo doutrinário. [...] Brizola muito colaborou para que isso ocorresse” (BANDEIRA, 1979, p. 50). A fundação do PTB aconteceu em 1945; em 1946, Brizola se elegeu deputado estadual no Rio Grande do Sul.

O itinerário de ascensão tracejado até chegar à Faculdade de Engenharia (com sucesso escolar em condições adversas) e à Assembleia Legislativa (afirmando-se como liderança partidária e eleitoral) são outros registros estandardizados em suas biografias. Recorrendo novamente ao livro de Brust e Nascimento (2015), encontramos descrições muito semelhantes em várias seções do capítulo VI – “1937-1945: O Estado Novo e o surgimento do trabalhismo brasileiro”, a exemplo de “Um jovem sem lenço e, ainda sem documento, chega a Porto Alegre” (p. 166) e “Quando o quererismo se transforma no PTB” (p. 329); e do capítulo VII “O jovem Brizola se forja na nova ideologia trabalhista”, como “O trabalhismo socialista de Pasqualini” (p. 342), e outras.

Brizola estreitou relações com João Goulart (conhecido como Jango, foi ministro do Trabalho de Getúlio Vargas – do qual era afilhado –, presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro/PTB e Presidente da República, deposto pelo golpe militar) no período em que ambos exerceram mandato como deputado estadual (1946-1950). Principalmente, ele se casou com a irmã de Jango, Neusa Goulart, e o casal contou com Getúlio Vargas como padrinho de núpcias. Apesar da centralidade do enlace matrimonial à carreira de Brizola e à sua afirmação partidária no plano regional e nacional, em suas biografias as referências à Neusa são econômicas e objetivas. Geralmente, ela é citada apenas em fragmentos visando a realçar algum aspecto relacionado ao irmão ou marido. Por exemplo: “Neusa acompanhou a carreira do marido, nas glórias e nas desgraças, tendo uma vida sofrida até o fim, por conta das injunções políticas. [...] Brizola se revelaria um marido muito amoroso, que cumulava Neusa de atenções, tratando-a desde o primeiro momento por ‘queridinha’” (BRUST; NASCIMENTO, 2015, p. 375).

Sucintamente, vale pontuar aspectos que aproximam Brizola de Ebert: a valorização de uma origem modesta superada, a relação fundamental com o partido de base operária, a relativa distância com relação a um perfil mais pretensamente intelectual e a eloquência direcionada à interpelação das “massas”.

Para Ulysses Guimarães, as credenciais mais cortejadas na apresentação da fundação partidária que leva seu nome são relacionadas à formação em direito, ao fato de ter sido orador da turma de bacharéis de 1940 e considerado o “maior prosador das Arcadas – Faculdade de Direito de São Paulo”; bem como ter atuado como professor em diferentes níveis, principalmente em escolas de ensino superior. Sem deixar de mencionar o rol de atribuições políticas (legislativas e partidárias) assumidas; além da reprodução de informações biográficas formais (disponíveis nos sites da câmara dos deputados), como: data e local de nascimento (6 de outubro de 1916, em Rio Claro/SP); nomes dos pais, da esposa e do filho; profissões (professor e advogado); legislaturas (principalmente exercendo onze mandatos como deputado federal desde 1951 até 1995); e “principais fatos da vida parlamentar e administrativa”.

Assim como para os casos anteriores, há uma série de biografias sobre o personagem; no entanto, sem publicizações em destaque na FUG. Por exemplo, em 2013, o jornalista e amigo pessoal de Ulysses, Jorge Bastos Moreno³⁶, publicou *A história de Mora: a saga de Ulysses Guimarães* (Ed. Rocco), livro no qual teriam sido contados “os principais eventos e a trajetória de um ícone da política brasileira no século 20”, em narrativa que tem como locutora principal a viúva, conhecida como Mora Guimarães. Essa publicação (prefaciada pelo antropólogo Roberto DaMatta) só apareceu na exploração feita em uma notícia no Blog da FUG em homenagem ao dia das mulheres de 2017, que realça a descrição de Mora como “a mulher que calou os governadores” e que “teve um papel decisivo, seja como militante nos palanques pela redemocratização ou como líder da família”. No intuito de celebrar o marido, o texto ressalta que: “Além de declarar sempre seu amor pela esposa,

36 O jornalista político Jorge Bastos Moreno, faleceu em 2022. Acompanhou desde jovem o casal Ulysses e Mora, principalmente na campanha “Diretas já”. Incluindo a viagem feita, como enviado do jornal *O Globo*, pela Ásia e Europa na companhia dos dois.

Ulysses deixava clara sua gratidão: ‘Não saía dividido entre a família e o ideal’” (FUNDAÇÃO ULYSSES, 2017a, [s. p.]).³⁷

Apenas para não negligenciar as origens sociais do agente – uma vez que essas informações não são divulgadas como fatores pertinentes à construção estratégica da sua imagem – vale referir ao Perfil de Ulisses Guimarães, igualmente laudatório, divulgado em Perfil do Ipea, com o título “A longa odisseia pela Democracia” e cujo resumo sublinha ter sido: “Símbolo da resistência contra a ditadura e da luta pela Constituição de 1988, combatida pelos arautos do ‘mercado’, exdeputado deixou um legado político sem paralelo” (ARANTES, 2016, [s. p.]). Nesse, Ulysses é caracterizado como o mais velho de cinco irmãos, filhos de um coletor federal e de uma professora primária. Citando a biografia *Dr. Ulysses* assinada jornalista A. C. Scartezini (1993), o texto alude como desde pequeno ele improvisava discursos e exercitava a capacidade de falar em público: “o garoto costumava reunir os primos para exercitar a oratória. Levava os meninos ao seu quarto, colocava-os como plateia para ouvir os discursos que ia improvisando”. Ulysses cursou direito na USP, período de ingresso na militância estudantil, e se engajou em entidades de futebol. O que teria colaborado na lapidação da sua liderança e no credenciamento às funções públicas (inclusive como dirigente do Santos Futebol Clube e da Federação Paulista de Futebol, ainda antes de ocupar cargos eletivos). O primeiro mandato eletivo exercido foi a partir de 1947, como deputado estadual pelo PSD, na Assembleia Constituinte do estado de São Paulo. Logo em seguida, aos 34 anos (1950), conseguiu ser eleito para deputado federal e conviveu com outras “personalidades parlamentares” da mesma legislatura, como Afonso Arinos, Benedito Valadares e Bilac Pinto. O casamento com a irmã de um amigo aconteceu em 1955 (ARANTES, 2016)³⁸.

Ulysses Guimarães seguiu um trajeto clássico de filho de funcionário público a bacharel formado em uma das mais prestigiadas faculdades do país, na qual adquiriu notoriedade como orador e líder estudantil – chegou a ser vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

37 Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/uma-homenagem-todas-as-mulheres/>.

38 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3300&catid=52&Itemid=23.

O avanço na carreira política parece ter tido como ápice o protagonismo nos principais eventos de resistência à ditadura, na década de 1970 (quando Leonel Brizola encontrava-se no exílio), e com vistas à redemocratização do país, na década de 1980 (quando PMDB foi o partido mais importante na chamada “transição”).

5. Participação em eventos e edificação de “legados”

Os empreendimentos individuais e coletivos de reconstituição de acontecimentos/comportamentos passados implicam em dispositivos de seleção e valorização (positiva ou negativa) acionados segundo as lógicas dos agentes envolvidos nessas operações³⁹. Se, de um lado, a capacidade de produção e mobilização da “memória” é, em geral, desigualmente distribuída (socialmente condicionada), de outro, o *trabalho de memória* encerra uma dimensão de objetivação, indispensável à transmissão e atualização de identificações (POLLAK, 1989). Propiciando, a um só tempo, atribuição de nexos, coerências e coesões, conjugadas às estratégias de consagração biográfica de indivíduos, eventos, causas e instituições.

Quando dedicadas à celebração póstuma, na qual o nome próprio deve incarnar vocações e grandezas compartilhadas, as transações de papéis, percepções e usos podem trazer indícios bastante pertinentes à apreensão do jogo social, político e cultural. Alinhavadas em bases relativamente consistentes de crenças e justificativas, as leituras retrospectivas ganham doses robustas de carga simbólica por estarem associadas a eventos traumáticos ou a situações de “crise”.

Não sendo possível esmiuçar todos os aspectos recuperados, podemos afirmar os sustentáculos mais recorrentes nas estratégias de eternização de Ebert, Brizola e Ulysses. O protagonismo desses agentes em momentos críticos é, mormente, lido e louvado pelo prisma simbólico das suas “entregas” ou seus “sacrifícios” em “nome da democracia”.

39 Segundo Elias (1998), a(s) memória(s) então tramadas desempenham papel decisivo de representação do tempo (síntese muito ampla, com codificações e internalizações complexas) e certificam a aptidão à presentificação de um dado acontecimento não mais existente “e de ligá-lo ao que se encontra efetivamente presente”, referindo-se “em conjunto aquilo que não se produz num mesmo momento” (p. 61).

Friedrich Ebert, em 1919, depois da sua eleição como presidente do Reich, escreveu um “Esboço autobiográfico” (PORTAL ZUR GESCHICHTE DER SOZIALDEMOKRATIE, 2021) no qual ele mesmo selecionou os aspectos definidores do seu trajeto até ali, que serviriam como pontos de partida àqueles detalhadamente retomados por seus apologetas⁴⁰.

A ida para Bremen (1891) é insistentemente fixada como primordial ao impulsionamento da sua carreira política, pois desencadeara a valorizada atuação sindical e o trajeto de ocupação de cargos no SPD, no qual teria travado uma “guerra de trincheira e teórica” importante para a bem-sucedida eleição à executiva do partido. Então, radicou-se em Berlim (capital do país) e, no lapso de pouco mais de dez anos na agremiação, chegara à presidência da sigla (1913), ao lado de Hugo Haase. Assim, no momento da deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914), Ebert estava na posição de presidente da sigla; portanto, particularmente submetido ao que é interpretado como tendo sido uma “provação para o Reich alemão e para a socialdemocracia”⁴¹. Por isso, o enfrentamento do acontecimento que atingira o mundo, a Europa e particularmente a Alemanha teria sido seu grande “teste”.

Box I – A Primeira Guerra Mundial, a chancelaria e a “democracia”

O mês de novembro de 1918 fora marcado pela revolta dos marinheiros de Kiel, e a generalização do motim teria interferido na decisão do Chanceler, Príncipe Max Von Baden, de “entregar os negócios do governo a Ebert”. E isso é julgado como uma “virada histórica”. Por um dia

40 Vale lembrar que alguns agentes, por suas inscrições, seus recursos e reconhecimentos acumulados, conseguem interferir na ideologização de sua própria biografia e na lapidação de sua imagem pública, conforme o estado das lutas nas quais estão inseridos no momento em que se arrojam nessa tarefa. Inspirados no trabalho de Collovald (1988, 1999) sobre Jacques Chirac, temos procurado refletir sobre os condicionantes das tentativas (mais ou menos bem-sucedidas) de ingerência de homens e mulheres que atuam em domínios políticos profissionais no balizamento de *identidades estratégicas*. Ver Grill (2020; 2015) e Reis (2020)

41 Entre 1900-1914, o SPD teria ampliado seu contingente de membros de 200.000 para um milhão. E, em condições de guerra, teria “enfrentado” também uma “luta fatídica”, que opôs de um lado, Ebert e lideranças mais antigas apostando na unidade do partido na aprovação da liberação de créditos de guerra; e, do outro lado, com Haase, oponentes dessa proposta (entre eles os “porta-vozes revolucionários Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht”), que formaram seu próprio grupo parlamentar no Reichstag: o Partido Social-democrata Independente da Alemanha (USPD). Tais cisões teriam tido efeitos importantes na posição ocupada por Ebert.

Ebert fora “Chanceler do povo” (o que mereceu, nas homenagens contemporâneas, a confecção de um cartão postal comemorando esse feito). Formara um “governo de transição revolucionária”, com componentes do SPD e USPD, que constituíram o chamado “conselho de representantes do povo”. Dava-se, na sequência, o “fim da primeira guerra”. Ebert (em 25 de novembro de 1918) teria pronunciado um discurso de avaliação, justificando-se contra as críticas da esquerda e a necessidade de “garantir que a máquina não entrasse em colapso”, que o Reich “continuasse funcionando para poder manter nossa alimentação e economia”, e que esse não teria sido “um trabalho fácil”. No final do mês seguinte (em 29/12), USPD deixou o “conselho” em protesto às repressões militares do governo a motins no período natalício que aconteciam em Berlim. Já em 1919, entre 05 a 12 de janeiro, sucedera um “surto de levantes” da Liga Spartacus, da qual faziam parte Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht; assassinados, segundo consta, por um grupo de paramilitares em decorrência da liderança que tiveram nos protestos. Friedrich Ebert teria reagido “a esse ato com consternação e nojo”, bem como “desaprovou expressamente o veredicto muito brando contra os assassinos”. As acusações de que os responsáveis teriam sido “soldados do governo no curso da insurreição fracassada” são rebatidas como sendo uma versão “historicamente incorreta e [que] não possui qualquer fonte de informação”. Porém, a despeito da versão de que o SPD teria assumido “responsabilidade histórica e se esforçou para garantir a reorganização democrática do Estado e a viabilização da república”, o crime não deixou de pesar como “uma sombra no balanço da revolução” e alimentar as imputações negativas direcionadas a Ebert. De qualquer modo, em 19 de janeiro de 1919 aconteceram eleições para a Assembleia Nacional, com introdução do sufrágio feminino (aspecto bastante retomado para sustentar os vínculos do SPD com o movimento feminista). Em fevereiro do mesmo ano, ocorreu a abertura do parlamento, a assembleia nacional do Reich e a Eleição do Presidente. Começava a República de Weimer (1919-1925). A assembleia, em 23 de junho de 1919, aprovou o tratado de Versalhes (considerado outro desafio de administração) e, em 31 de julho, foi aprovada a constituição da República e, em agosto, Ebert tomou posse como Chanceler. Entre 1920 e 1923, ocorreram várias tentativas de golpes e assassinatos. 1924 e 1925 teriam sido marcados pela

campanha de difamação mais eficaz contra o Chanceler, julgado como “traidor”. Em 28 de fevereiro de 1925, aos 54 anos de idade, Ebert morreu em Berlim. A FES foi criada em 02 de março e seu enterro em Heidelberg aconteceu em 05 de março. No material consultado, ele é apresentado como “O defensor da democracia”, tendo enfrentado toda sorte de desafios extraordinários: “coalizões de governo entraram em colapso, os pagamentos de indenizações de Versalhes pressionaram a economia, golpistas de direita organizaram-se para atacar a democracia, assassinatos políticos envenenaram a atmosfera. Com sua política de equilíbrio social orientada para o bem comum, Ebert conduziu a jovem república em várias crises e a defendeu contra seus influentes inimigos. Guiado pela vontade de fazer concessões, ele conseguiu estabilizar a democracia e assegurar a liberdade e a ordem”. (MÜHLHAUSEN, 2017a, 2017 b, 2021⁴², tradução nossa).

Como escrevemos antes, uma das principais iniciativas de homenagens a Leonel Brizola referida no material examinado foi a sua inclusão no **“livro de aço dos Heróis da Pátria”**. A postagem do CMT (2021) sobre a cerimônia – realizada no Panteão da Pátria, em Brasília (DF), e reproduzida do site do PDT na Câmara – especifica aqueles que seriam os predicados justificadores do tributo ao político que:

Comandou a Campanha da Legalidade, em 1961, para barrar o plano dos militares, que pretendia impedir o vice-presidente João Goulart de assumir a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Em defesa do povo brasileiro, Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, se entrincheirou no Palácio Piratini, de onde liderou o Movimento da Legalidade. Sua voz em defesa da Constituição ecoou por todo o país e garantiu a posse de Jango [...]. Após o golpe de 1964, viveu no exílio no Uruguai, nos Estados Unidos e em Portugal, voltando ao Brasil em 1979, com a Lei da Anistia. Foi candidato à Presidência da República por duas vezes (1989 e 1994) e candidato à vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição de 1998.

As descrições mais minuciosas do trajeto político de Brizola recuam à sua participação na organização e fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (1945), como repercussão do envolvimento contra as “forças

42 Ver: <https://www.friedrich-ebert.de/friedrich-ebertde/recherchen/biographie>; <https://www.geschichte-der-sozialdemokratie.de/demokratie/persoennlichkeiten-im-fokus/friedrich-ebert/biografie/> (PORTAL ZUR GESCHICHTE DER SOZIALDEMOKRATIE, 2021b, [s. p.]).

políticas” que atacavam Getúlio Vargas e contando com o apoio doutrinário de Alberto Pasqualini. A entrada na política institucional se deu mediante dois mandatos consecutivos como deputado estadual (conquistados em 1946 e 1950), no Rio Grande do Sul. Depois da tentativa fracassada de eleição para prefeito de Porto Alegre (1951), assumiu como secretário de obras do estado no governo de Ernesto Dornelles (entre 1952 e 1954). A ascensão político-partidária-eletiva teria deslanchado a partir da conquista da deputação federal (1954) “com, até então, a maior votação alcançada no Rio Grande do Sul”. Estimulando a nova tentativa, desta vez bem-sucedida, de chegar à prefeitura da capital gaúcha “com votação maior que a de todos os demais candidatos juntos” (BRUST; NASCIMENTO, 2015, p. 41). Vitórias que colaboraram na pavimentação à eleição igualmente exitosa ao governo do estado, aos 36 anos de idade. E essa gestão é geralmente singularizada como sendo a gênese da dedicação de Brizola à “questão da educação”, atestada pelo “projeto que construiu mais de 6.000 escolas no RS durante seu mandato (BRUST; NASCIMENTO, 2015, p. 62).

Mas, sem dúvida, é o protagonismo na Campanha da Legalidade o marco mais insistentemente rememorado na sagração do agente e do seu lugar na “genealogia trabalhista”.

Pelo site da FLB-AP acessamos materiais do Centro de Memória Trabalhista e localizamos o destaque conferido ao aniversário do também chamado Movimento da Legalidade. Particularmente, uma série de ilustrações, estilo cartazes, foram publicadas, em 2021, nos dias correspondentes ao desenrolar dos acontecimentos (de 25 de agosto a 07 de setembro de 1961), retomando aqueles que teriam sido seus principais episódios. A arte incluiu um cabeçalho constituído por logotipo com mapa do Brasil e o rosto de Brizola; no topo o título: “Em 14 dias, Brizola derrubou o golpe”; no rodapé: logos do PDT, da FLB-AP e do CMT, e a frase de Brizola: “Sejam quais forem as circunstâncias, eu vou ficar com a constituição”. A imagem de fundo também é do rosto dele e, em cada chamada, consta a data das situações descritas. Por esse intermédio, esquematizam e repassam a cronologia consagrada em diversos outros materiais comprometidos em narrar a “campanha”.

Box 2 – A campanha da legalidade, o “fio da história” (interrompido) e a “democracia”

Em 25 de agosto de 1961, o então vice-presidente João Goulart, em viagem oficial à China, teve sua posse impedida por militares, mesmo com a vacância do cargo provocada pela renúncia do seu titular. O que desencadeara o “movimento de resistência” iniciado por Leonel Brizola (companheiro de partido e cunhado de Jango). No dia seguinte, a partir de Porto Alegre, Brizola acionou a brigada militar (força armada estadual) para “proteger o palácio Piratini, seu entorno e locais estratégicos”, e o Marechal Teixeira Lott (ex-ministro que fora candidato à presidência pelo PTB em 1960) divulgou o “manifesto pela legalidade constitucional”. Na sequência, a partir do estúdio da Rádio Guaíba (“requisitado pelo governador para a instalação da ‘rede da legalidade’”) promove o proselitismo do movimento e reúne progressivamente cada vez mais pessoas em seu entorno. Adesões à campanha tanto da população como de militares, como o Marechal Machado Lopes (então comandante do III Exército), engrossaram as “fileiras da resistência”. No dia 31 de agosto, porém, João Goulart aceitou a “alternativa parlamentarista”, a despeito da “contrariedade” manifestada por seu cunhado a essa “solução”. Já em setembro, no dia 2, a Câmara Federal aprovaria a emenda constitucional nº 4, instituindo o parlamentarismo, novamente sob veemente críticas do governador gaúcho. Culminando com a posse do ex-ministro do Trabalho e afilhado de Getúlio Vargas na Presidência da República. Depois desses episódios e como término do seu mandato de governador, Brizola deslocou-se para o estado do Rio de Janeiro, onde conseguiu ser eleito deputado federal (1962). Já radicado na capital, como congressista, esteve à frente das campanhas pela defesa do retorno ao presidencialismo em plebiscito que ocorreu em 1963 (vitoriosa) e, no ano seguinte, pelas chamadas “reformas de base” (“bandeira” do presidente João Goulart). Logo conquistou projeção nacional e iniciou a “preparação de seu projeto”, tantas vezes bloqueado, de chegar à presidência da República e, assim, dar continuidade ao que foi sistematicamente interpretado como “fio da história”, quer dizer, a persistência de uma linha sucessória de líderes trabalhistas que seriam alteados ao mais alto cargo político da nação: Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel

Brizola. Entretanto, com a cassação de seus direitos políticos pelo regime militar (1964), Brizola se exilou como a família no Uruguai. O trecho do documento intitulado “Somos Resistências”, assinado por Carlos Lupi (presidente nacional da sigla à época da homenagem), ilustra a interpelação reiteradamente buscada ao longo do tempo por intermédio dessa narrativa, e a identificação dos “golpes militares contra a democracia” como os grandes obstáculos enfrentados: “Nós somos a resistência. O partido, a bancada, os senadores, deputados, prefeitos, vereadores, todos têm que estar conscientes deste papel. No exercício do poder, temos que questionar os que humilharam a história brasileira. Nós viemos da história de Getúlio, da cadeia a legalidade, do único presidente da nossa história morto no exílio. Nós viemos deste patriota que foi Leonel Brizola”. (CMT, 2021).⁴³

Aquelas que seriam as principais inscrições que marcaram a biografia de Ulysses Guimarães são apontadas em referências gerais. Uma descrição mais detalhada é disponibilizada no livro “A história de um rebelde: **40 anos, 1966-2006**”, assinado por Tarcísio Delgado⁴⁴, com 428 páginas e editado pela FUG (2006). Explicitamente o objetivo é enaltecer a história do partido amalgamada às intervenções de Ulysses, considerando que:

O MDB, depois o PMDB, foi o canal mais importante de manifestação do povo brasileiro, até a redemocratização e a promulgação da Constituição cidadã, em 1988, que em momento de grande inspiração nacional, foi entregue ao Brasil pelo deputado Ulysses Guimarães, o presidente das oposições e do PMDB. (DELGADO, 2006, p. 92).

O material predominantemente utilizado pelo deputado-escritor são os discursos proferidos por Ulysses em situações consideradas cruciais, enquanto parlamentar e, geralmente, no âmbito da Câmara dos Deputados. Para tanto, são valorizadas as demonstrações de erudição – utilização de

43 Postagens de 25 de agosto a 07 de setembro de 2021.

44 Deputado federal por Minas Gerais em três legislaturas (primeiro mandato: 1975-1979), pelo MDB-PMDB, ocupou cargos diretivos no partido, foi vereador, deputado estadual e, por três mandatos, prefeito de Juiz de Fora, entre outros cargos políticos administrativos. Com origem relativamente modesta, nasceu em 1935 em Torreões, depois, quando tinha 15 anos, a família foi para Juiz de Fora se proprietária de uma lenharia. Estudou e trabalhou na área de contabilidade, foi jogador de futebol profissional, cursou direito e, no último ano (1964) foi presidente do centro acadêmico. Em 2013 se filiou ao PSB, partido pelo qual concorreu, sem sucesso, ao governo do estado (MG).

passagens e autores (intelectuais, lideranças políticas consagradas) lidos em diferentes línguas – e a capacidade de abordar as questões urgentes em voga. São realçadas ainda frases de efeito construídas, quase sempre, conclamando a atos de “coragem”, “ousadia”, “perspicácia”; enfim, posturas que habilitam a construção de equivalências entre os sentidos de “oposição”, “partido”, “povo” e “democracia”. Ao que se soma a reiterada (auto) atribuição como porta-voz de diferentes categorias, conforme as circunstâncias em que declara que “fala em nome...” e emprega figuras de linguagem, principalmente ornando seu discurso com metáforas e anáforas.

Nitidamente, a notabilização de Ulysses ocorre desde o parlamento e por meio de discursos direcionados aos seus pares. E a destreza na interpelação oratória aliada à elogiada transigência e disposição em fazer concessões são consideradas trunfos à demarcação de feitos com efeitos em situações intrincadas ou hostis.

Alguns dos enfrentamentos mais frisados retrospectivamente são localizados na década de 1970, quando o MDB se consolidava como partido representativo de uma efetiva “oposição ao governo militar”, isto é, aglutinando aspirações ou tendências políticas e militantes de distintas matizes, dispostas a “lutar contra a ditadura”⁴⁵. Isso não sem controvérsias animadas por outros “atores oposicionistas”, como a imputação de complacência que Ulysses teria tido com o golpe militar, por exemplo, ao votar, assim como outros “ex-psdbistas”, no General Castelo Branco para presidente no Colégio Eleitoral do Congresso. Além da acusação de ter contribuído com o decreto que indicou a cassação dos direitos políticos de João Goulart por 15 anos (e que também cassara Leonel Brizola e o ex-presidente Juscelino Kubitschek).

Os eventos marcantes nas reconstituições feitas sobre o parlamentar o inscrevem com relevo nos encaminhamentos à chamada “redemocratização brasileira”. O primeiro – a “anticandidatura” (apresentada como uma “epopeia”) na eleição de 1974 (tendo o “inoldivável” Barbosa Lima Sobrinho⁴⁶ como vice) – serve como afirmação da sua posição de “líder

45 Ver Reis (2015).

46 Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) é descrito por Delgado (2006, p. 122) como: “advogado, jornalista, escritor, acadêmico, historiador, professor e político. Foi um dos mais atuantes brasileiros do século XX, participando de todas as grandes discussões nacionais. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa durante muitos anos (de

da oposição” entre os “MDBistas”. O segundo, a atuação no movimento “Diretas já”, é responsável direto pela vinculação da sua imagem à “transição” da “ditadura” para “democracia”, a ponto de ser alcunhado de “Sr. Diretas já”. E o último, a condução do processo (terminado em 1988) de promulgação da nova constituição, contribuindo para ser conhecido como o “Sr. Constituinte”. De certo modo, então, os três momentos se completam à personificação de eventos interpretados como centrais à consolidação da “Nova República” e das conquistas institucionais e sociais que teriam possibilitado.

Box 3 – Oposição, redemocratização e nova constituição

A ideia original da “anticandidatura” (1974) teria sido pensada pelos “autênticos” [grupo no interior do MDB com postura considerada mais combativa e incisiva no enfrentamento ao regime militar], como “caravanas de pregação nacional” para denunciar a “farsa das eleições indiretas”. Mas o “estalo” para chamá-la de tal forma teria sido de Ulysses em “conversa boêmia com um velho amigo, advogado e escritor de livros policiais”. O que demonstraria sua habilidade em cumprir “o ofício da política com o mesmo instrumento dos poetas: as palavras” (DELGADO, 2006, p. 108). Ao expor a proposta na Convenção Nacional do MDB (de setembro de 1973), ele recorreu à mitologia grega para justificá-la com a analogia da “linda Helena” que, como a democracia, “precisava ser resgatada da ditadura” (DELGADO, 2006, p. 107). Assim teria começado a “jornada cívica com incrível efeito didático para o futuro da democracia” (DELGADO, 2006, p. 282). Com a instituição do pluripartidarismo (1979), o PMDB foi fundado como continuidade do MDB, mas muitas lideranças desertaram para constituir ou refundar siglas compatíveis com suas aspirações e inspirações

1926 a 1929 e de 1978 a 1992) foi um incansável defensor das liberdades políticas e de expressão. Três vezes eleito deputado federal, exerceu seus mandatos nos períodos de 1935/1937; 1946/1948; 1959/1963. Foi ainda governador do estado de Pernambuco (1948/1951)”.

políticas e ideológicas. As circunstâncias de profunda recessão econômica e mobilizações da “sociedade civil”, sobretudo desde o sancionamento da Lei da Anistia (1979), ainda no governo presidente João Baptista Figueiredo, confluíram na deflagração da campanha das “Diretas já” (1984). Uma série de eventos, principalmente comícios, foram registrados em imagens (quase sempre com a presença de Ulysses) nas quais lideranças políticas, artistas, intelectuais etc. aparecem nos mesmos palanques. Com a derrota da “emenda Dante de Oliveira” [proposta para aprovar a realização de eleições diretas para a presidência da República] no Congresso Nacional, Ulysses chega a ser cogitado para competir em eleições indiretas via colégio eleitoral (votação entre os parlamentares), mas a candidatura de seu correligionário Tancredo Neves foi considerada como mais viável. Com a morte de Tancredo Neves, algumas horas depois da missa de posse pela vitória, sendo Ulysses o presidente da Câmara do Deputados, seus aliados chegaram a cogitar sobre a possibilidade de ele assumir o cargo. Porém, ele teria adotado o “gesto de sensatez e lucidez”, defendendo a posse do então vice, José Sarney, e aberto mão do seu “grande desejo de chegar à Presidência da República”. Na visão heroicizada do seu biógrafo: “fervilhou-lhe o sangue de estadista singular e, convencido de que a Constituição favorecia Sarney, manteve-se desprendido e irretorquível” (DELGADO, 2006, p. 321). Por fim, o dia 05 de outubro de 1988, é apresentado como um “dia histórico”, pois o Congresso Nacional aprovou a promulgação da nova Constituição. Ulysses Guimarães era presidente da Assembleia Nacional Constituinte, e, erguendo “o volume com os originais da nossa Lei Maior”, teria proclamado: “A nação quer mudar! A nação deve mudar! A nação vai mudar! A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Mudar para vencer! Muda Brasil!” (DELGADO, 2006, p. 25). Apesar da glorificação pública da atuação nesse evento, Ulysses não conseguiu convertê-lo em vitória eleitoral no pleito à Presidência de 1989.

Para os três casos examinados, percebemos ainda a preocupação coletiva (dos personagens e de seus seguidores) em imbricar os espólios desses eventos e inserções dos agentes às condições de delineamento ou consolidação dos seus respectivos partidos. Esse empreendimento exige que

“ícones” e histórias sejam coerentemente interseccionados a determinados repertórios e objetos de luta.

6. Justaposições de créditos simbólicos entre “ícones” e partidos

As tipologias construídas sobre os partidos políticos comumente tomam como parâmetros para auferir os seus níveis de institucionalização: 1) as formas assumidas pelas organizações; 2) e os tipos de lideranças que as comandam. Máquinas burocráticas fortes e portadoras de meios acumulados coletivamente ao longo do tempo (sede, meios de comunicação com a população, capacidade de autofinanciamento, funcionários, mandatos, reconhecimento público, políticas públicas associadas às siglas, identificação de uma posição no espectro de forças políticas, clientelas eleitorais fiéis e assim por diante) consolidam as agremiações no espaço político. Como consequência, seus quadros dirigentes (profissionalizados) conseguem, com relativo sucesso, controlar o recrutamento de novos membros e oportunizar a ascensão na carreira política dos porta-vozes mais devotados à instituição, assim como manter a disciplina e a coesão internas de acordo com a orientação ideológica prevalecente e com os valores cultivados em suas jurisdições. Ao passo que siglas frágeis, em termos de recursos materiais e simbólicos, tornam-se dependentes das possibilidades disponíveis aos seus líderes no sentido de angariar bases de mobilização (militantes, adeptos, aliados de toda sorte, financiadores externos etc.) a partir da sua popularidade pessoal; que dizer, por conta da notoriedade adquirida e personificada, facilmente reconvertida em posições de poder político para ele e para seus seguidores. Configurações díspares que muitas vezes orientam programas de pesquisas e/ou avaliações normativas, arbitrariamente centradas ora na dinâmica interna das organizações, ora na caracterização dos agentes que as tripulam, sobretudo seus protagonistas mais notabilizados⁴⁷.

Como salientamos, buscamos demonstrar o caráter complementar e interdependente dessas matrizes de notabilização, coletivas e individuais, interagindo processualmente a partir dos vínculos estabelecidos entre

47 Ver Offerlé (1997) e Sawicki (1999), entre outros.

fundações e seus “heróis”, edificados indistintamente a partir de “legados históricos” de partidos ou “tradições políticas” (“ismos”) e personificações emblemáticas.

Friedrich Ebert foi um dos primeiros membros de sua geração (a segunda de políticos socialdemocratas alemães) a ocupar postos na executiva do SPD, ao lado dos “fundadores”. Ascendeu a cargos de direção (primeiro em Bremen e depois em Berlim) *pari passu* ao crescimento de filiados à sigla e ao incremento da estruturação da “máquina partidária”: da sua sede, comitês, jornais etc. Teria, inclusive, rentabilizado tal êxito em forma de reputação como “bom administrador” e “político multiposicional”. As responsabilidades crescentes na vida partidária e o deslocamento paulatino às posições centrais correspondem ao percurso padrão: de um lado, demonstração de comprometimento pessoal e desempenho ímpar, de outro, investidas/delegações promovidas pela instituição. O que culminaria com sua entronização na presidência do partido, em substituição ao “líder carismático” August Bebel e na companhia de Hugo Hasse. Nesta condição, como demonstramos, ele teria enfrentado as adversidades da Primeira Guerra Mundial e as várias clivagens internas à socialdemocracia alemã. Por consequência, tornar-se-ia conhecido como “mediador e árbitro” dos litígios internos e notabilizado pela passagem pioneira, em sua “tradição política”, pela chancelaria no país. Experiências históricas pessoalmente vividas e incorporadas, depois constantemente acionadas por várias gerações de aderentes da mesma tradição política-ideológica. Começando por aqueles que, como culto à sua história, batizaram a fundação partidária do SPD com seu nome (em evento fúnebre, na cerimônia de seu enterro). Passando por sucessores que enfrentaram outros momentos de afirmação dos “ideais democráticos” na nação ou de “crises” ou recuos “civilizatórios”. Chegando aos que, atualmente, alertam sobre os perigos da escalada da extrema-direita. Notadamente, o período histórico, o líder e os desafios à proteção da democracia são alvo de reflexões de intelectuais, sobretudo historiadores e cientistas políticos, que se dedicam de modo engajado, sistemático e profissional à análise desses componentes.

A gama de depoimentos e análises sobre Friedrich Ebert é muito vasta. Por isso, optamos por retomar alguns posicionamentos expressos

em um material específico: uma publicação do Stiftung Reichspräsident-Friedrich-Ebert-Gedenkstätte de 1995, que retoma o tributo realizado em 02 de março de 1945, em Nova York, com o título “Reflexão e um novo começo”. O historiador Ludwig Richter editou o documento e assina a apresentação na qual situa a reunião de vários representantes de diversas organizações de exilados que se encontraram em cerimônia “[...] para um serviço memorial”, qual seja, a celebração do vigésimo aniversário da morte de Friedrich Ebert, “primeiro Presidente do Reich democraticamente eleito da República Alemã” (1995, p. 5).

A iniciativa teria sido do jornalista Friedrich Stampfer (1874-1957), antigo editor-chefe do “Vorwärts” (1916-1933), “membro de longa data do Reichstag”, e autor do primeiro depoimento, no qual antecipa que

[...] a historiografia que um dia fará jus à República de Weimar também comemorará com respeito e simpatia Friedrich Ebert, o trabalhador e cidadão alemão que recebeu, nas palavras do então Secretário de Estado dos Estados Unidos, ‘o respeito de todos os povos e a confiança do povo alemão. (p. 21).

Outros testemunhos igualmente demandaram reconhecimento e assinalaram as características singulares de Ebert:

A figura de Ebert, temo, nunca encontrará na história a valorização que ele merece [...]. O destino fez muito para lhe dar pequenas proporções em retrospecto. Mas nós, que o vimos trabalhar, queremos testemunhar o fato de ele ser um lutador pelo Estado de direito e pela democracia. Era como se não houvesse lutador mais honesto em nenhum lugar do mundo. (Arnold Brecht, 1884-1977, advogado, ocupou cargos no Reich. Em 1933 emigrou para Nova York e trabalhou como professor de ciência política, e também foi conselheiro temporário do governo militar americano, p. 39).

Eu não o conhecia. Eu tinha 12 anos quando veio o colapso de 1918. [...] Friedrich Ebert, que começou como um homem de partido, tornou-se o representante do toda a nação alemã. E ele vai viver como tal. Nós, os mais jovens, devemos muito a ele. Devemos a ele os anos que nos foram permitidos viver [...]. E enquanto essas cores são preto-vermelho-ouro diante de nós hoje, pensamos em uma Alemanha, que devemos a Ebert. (Humbertus Zu Löwenstein, 1906-1984, estudou direito e ciência política, foi professor, cofundador e secretário geral da “American Guild for German Cultural Freedom”, presidida por Thomas Mann e Sigmund Freud; em 1946 retornou à Alemanha e, entre outras coisas, ingressou na CDU em 1958, p. 51).

Ebert continuará a ser uma das figuras mais importantes do período pós-guerra. As pessoas dão todo o crédito ao estadista incansável e ao trabalho que ele fez nas condições mais

difíceis e humilhantes [...]. É meu desejo e minha esperança que um dia um grande historiador explique o desenvolvimento político e ideal de Ebert nos últimos seis meses da guerra e durante a revolução. Se isto acontecer sem distorção e de forma tendenciosa, gerações vindouras do povo alemão vão reconhecer sua coragem inabalável diante da tempestade em massa espartaquista e sua compreensão instintivamente saudável dos problemas constitucionais. Que ele sempre foi realista e, no melhor sentido da palavra, de natureza construtiva. Sua posição sobre as questões de direito constitucional na democracia parlamentar sempre foi construtiva, nunca demagógica. (Heinrich Brüning, 1885-1970, atuou no movimento sindical, foi Chanceler da República de Weimer, filiado ao Partido de Centro de vinculação católica e foi professor em Harvard, p. 54-55).

Friedrich Ebert era uma pessoa muito inteligente. Ele nunca fingiu saber coisas além de seu talento, educação e experiência. Ao mesmo tempo, ele sabia muito bem dos seus limites. Os *insights* políticos eram muito abrangentes e ele podia se equiparar a qualquer estadista na Alemanha. Em seu campo de trabalho, a política, ele era autoconfiante e idiossincrático, e ele tinha o direito de ser assim [...]. Claro, um personagem forte e grande tem suas fraquezas. O socialdemocrata Friedrich Ebert foi, como todos nós, um inimigo implacável e incorruptível de qualquer tipo de ditadura, quer aparecesse no absolutismo hereditário de um príncipe ou num líder. Como todos nós, ele acreditava no poder revolucionário da socialdemocracia e, portanto, rejeitou qualquer barbárie que profanasse essa revolução espiritual, por mais que se vangloriasse de sucessos manchados de sangue. Ele foi o mais alto administrador sindical dos trabalhadores alemães, o primeiro Chefe de Estado que havia saído do trabalho organizado em algum lugar do mundo. Essa era sua força e seu orgulho. (Wilhelm Sollmann, 1881-1951, foi editor-chefe do Rheinische Zeitung; presidente do SPD de Colônia; Ministro do Interior; preso em 1933, e professor de ciência política e política internacional em Ouaker-Colle, p. 57-58).

Já Leonel Brizola persiste muitas vezes sendo classificado como “caudilho” ou considerado como protótipo de “líder populista”. Isto é, figuras que habitam o imaginário político para denotar o “mando personalista” em detrimento da importância das instituições. Todavia, seu percurso exaltado e as modalidades de afirmação ressaltadas revelam o peso exercido, na origem, por sua posição na hierarquia partidária, alcançada paulatinamente entre 1945 e 1964 (via sucessos eleitorais, associação pessoal com dirigentes partidários, casamento e realizações pessoais administrativas, parlamentares, midiáticas e de resistência armada). E é o “fio da história” da “genealogia trabalhista” que serve de pretexto (motivo justificador) ou pré-texto (narrativa prévia legitimadora) à criação do PDT, após a perda da sigla PTB para uma parenta distante de Getúlio Vargas (devido, segundo versão difundida entre os adeptos do “brizolismo”, a uma “manobra dos militares”).

Sob o “legado coletivo” que teria sido construído por ascendentes simbólicos, além do próprio “líder”, o futuro governador do Rio de Janeiro (eleito em 1982) e candidato à presidência da República (1989 e 1994) formou o “seu partido”. E, a partir dos feitos dos antecessores (“PTBistas”) e sucessores (“PDTistas”, especialmente aqueles personificados no líder), dar-se-ia a solidificação de elementos simbólicos ativados pelos seguidores. As homenagens dirigidas a ele por seus partidários ou simpatizantes, bem como as possibilidades de maximização dos “resgates do passado”, são inseparavelmente exaltações à “história do trabalhismo” no Brasil.

No dia 07 de setembro de 1961, Leonel Brizola, fundador do PDT, junto a seus apoiadores garantiu a posse de João Goulart como resultado bem-sucedido da Campanha da Legalidade, movimento liderado por Brizola que impediu o golpe militar no Brasil após a renúncia de Jânio Quadros. Essa é nossa história de luta pela democracia que marcou o país e deve ser lembrada como prova da força do povo brasileiro. (Chamada do Centro Memória Trabalhista para a série de postagens em homenagem aos 60 anos da campanha da legalidade, 2021). Então Brizola, que era o grande herdeiro do trabalhismo, teve a ideia de reorganizar o antigo PTB, de Getúlio Vargas. Começamos a trabalhar nesse sentido. [...] Eram grupos diferentes que se identificavam em um ponto comum: a oposição à ditadura. A ‘Carta de Lisboa’ é um apelo aos brasileiros para lutarem pela redemocratização. (José Maria Rabelo, jornalista fundador do PDT, ao Centro da Memória Trabalhista, discorrendo sobre a confecção da “carta de Lisboa”).⁴⁸

Brizola foi um grande homem. Um homem corajoso, destemido e que enfrentou de cabeça erguida todos os momentos da sua trajetória política. Nós que ficamos queremos seguir o seu exemplo, porque carregamos na veia o sangue trabalhista. (Juliana Brizola, neta e deputada estadual pelo PDT, depoimento na cerimônia de inclusão do nome de Leonel Brizola no livro “Os heróis da Pátria”).

O PDT foi o primeiro partido a defender os direitos do trabalhador, o apoio aos mais pobres, a reforma agrária e o voto feminino. Foi também o pioneiro na defesa dos índios e na luta pela igualdade racial. [...]. E, assim, honra o legado do grande Getúlio Vargas, o presidente que mais aliou rebeldia e esperança em toda a nossa história. [...] É o legado de Vargas que nos inspira até hoje. Mas também o de outro grande brasileiro: Leonel de Moura Brizola [...]. Brizola sempre foi rebelde. [...] São esses exemplos e valores que Ciro Gomes representa. (Carlos Lupi, presidente nacional do PDT, em discurso na solenidade de lançamento da candidatura de Ciro Gomes à presidência em 2022).⁴⁹

48 <https://www.pdt.org.br/index.php/jose-maria-rabelo-relembra-exilio-e-protagonismo-de-brizola-com-encontro-delisboa/?fbclid> acessado em 21 de janeiro de 2022.

49 <https://www.pdt.org.br/index.php/discurso-de-carlos-lupi-na-convencao-nacional-do-pdt>, acessado em 22 de janeiro de 2022 a partir de link do Centro da Memória Trabalhista.

Não existem políticos gaúchos do campo da esquerda que não tivessem, de forma, mais ou menos intensa, alguma relação com Brizola [...] em algum tema relevante. Tive vários momentos, tanto ao seu lado, em questões-chave na luta contra ditadura, pelas diretas, pela Constituinte, como também em disputa com ele, na época em que o PT se firmava no campo popular [...]. Do Brizola, faço a seguinte síntese: um homem que demonstrou com a sua vida e a sua capacidade de luta que o patriotismo não é somente o refúgio dos canalhas. (Tarso Genro, ex-governador do Rio Grande do Sul, ex-vereador pelo PTB e filho de uma importante liderança trabalhista em Santa Maria, depoimento ao Jornal Folha de São Paulo para matéria alusiva aos 100 anos de nascimento de Leonel Brizola)⁵⁰.

Por fim, Ulysses Guimarães ilustra outro arquétipo de perfil multinotabilizado. Professor e advogado (formado em faculdade de prestígio), seguindo a marca recorrente da presença dos bacharéis em direito na política brasileira, teria na capacidade oratória o trunfo de distinção por excelência. Até o início do regime militar percorreu uma carreira, pelo Partido Social Democrático, de cargos eletivos (deputado estadual e deputado federal eleito em quatro ocasiões), além da passagem pelo ministério de indústria e comércio (entre 1961 e 1962, no gabinete parlamentarista comandado por seu correligionário Tancredo Neves). No seu partido original (PSD), segundo consta nos registros biográficos, teria ocupado um lugar intermediário, isto é, não chegou a integrar o círculo restrito das “raposas” que controlavam a sigla, mas liderou bancadas de parlamentares.

Porém, no âmbito do MDB/PMDB, sua imagem passou a ser confundida com a dos “seu(s) partido(s)”. O destaque adquirido como “anticandidato” (1974), no movimento “Diretas já” (1984) e como presidente da assembleia nacional constituinte (entre 1987 e 1988) contribuíram na mescla dos “legados” coletivos e individuais. O trabalho de personificação de causas forjadas em eventos estabelecidos como marcantes às conquistas democráticas, e principalmente por terem ocorrido em períodos de necessária aglutinação de forças políticas e intelectuais de diferentes matizes diante “inimigos comuns”, favoreceram testemunhos laudatórios de personalidades (que inauguraram seu engajamento político no MDB) de diversos partidos atualmente existentes. Fragmentos desses depoimentos estão estampados como principal trunfo de consagração de Ulysses na fundação que carrega seu nome⁵¹. Por exemplo:

50 <https://www.facebook.com/CentroDeMemoriaTrabalhista>.

51 Depoimentos disponíveis em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/ulysses-guimaraes>.

O Dr. Ulysses era um político diferente, não fazia campanha eleitoral. [...] Ele não era um homem envolvido com montagem de diretório, com trabalho de base; nunca foi uma liderança que trabalhava no varejo. Sua imagem pública forjou-se no momento em que havia apenas dois partidos – Arena e MDB –, e ele presidia a oposição que, na década de 1970, evoluiu do que inicialmente parecia ser quase uma oposição consentida para uma oposição mais efetiva e substancial, pregando a mudança do regime e a volta da democracia ao país. Isso conferiu ao Ulysses um peso que nunca tivera como organizador do partido, passando a ser um homem de postura de oposição e a simbolizar para o público a luta pela democracia. (Alberto Goldman, ex-deputado estadual e federal, pelo MDB e pela PMDB, e ex-vice-governador de São Paulo, pelo PSDB).

Outra coisa importante foi a transformação pessoal dele, a partir da sua anticandidatura presidencial em 1973. Ninguém comenta como ele foi mudando a partir dela. E foi um processo decisivo. O Dr. Ulysses era liberal mas já tinha passado pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, da Ala Moça do velho PSD. Quer dizer, desde a década de 1950 vinha refletindo sobre questões econômicas e sociais da democracia. Mas, a partir da anticandidatura, acentua-se a preocupação social do Dr. Ulysses. Na minha opinião, foi consequência do contato dele com o povo, ao percorrer o país e verificar a situação real. [...] Ele foi retomando contato com o Brasil real, com os dramas do povo, seus problemas. (Fernando Henrique Cardoso, o ex-Presidente da República pelo PSDB, antes senador pelo MDB e pelo PMDB) Aí se destaca que o grande político tem de ter a qualidade da obstinação cega, da mesma maneira que a obstinação cega do Dr. Ulysses serviu para sempre mostrar que a democracia era recuperável no Brasil [...]. (José Genoíno, ex-deputado federal pelo PT).

Hoje temos democracia e vivemos o pluripartidarismo no país [...], estamos vivendo um momento diferente. Se o Dr. Ulysses estivesse vivo, continuaria expressando o pensamento dele. Mas não deixa herdeiros porque não é fácil encontrar outro Dr. Ulysses, alguém que tenha o desprendimento, a garra, a coragem e as qualidades que ele tinha [...]. Mas, por outro lado, mesmo que tivesse um herdeiro, o momento não é para isso, não vivemos mais uma resistência que demande um forte comando [...]. (...) Então o momento histórico não propicia a aparição de um outro líder político com as características do Dr. Ulysses. (Luiz Inácio Lula da Silva, ex-Presidente da República pelo PT).

7. Considerações finais: dos epítetos aos epígonos

Biografias não existem independentemente de iniciativas para arquitetá-las ou projetá-las, por isso, são sempre o resultado de operações de seleção de informações, características, momentos e de celebração daqueles – inseridos nos mais variados domínios e por infinitos motivos – considerados dignos de terem suas “vidas” e “obras” relatadas ou documentalizadas em versões mais ou menos compendiadas, romanceadas ou perscrutadas.

Neste artigo, discutimos como, por intermédio das formulações direcionadas aos personagens que dão nome às fundações partidárias, são acionadas lógicas de produção/projeção de modelos exemplares de condutas, posturas, atributos, defesa de questões prementes. Esses fatores, entre outros, estão na base do delineamento de matrizes de referências a partir das quais produtos podem ser identificados e estrategicamente acionados.

Não por acaso o recurso aos epítetos é abundante no material examinado. Sobre Ebert, visando a explorar o tripé: posição social, condução do partido e protagonismo no Reich e demarcando as fases biográficas: “o trabalhador do partido”; “o líder do partido”; “o membro do Reich”; “o guardião da constituição” etc. No caso de Brizola, colocando em relevo principalmente a inscrição bem-sucedida em uma corrente política (o “trabalhismo”) e as proezas heroicas, justificando, assim, seu lugar no “fio da história”: “o líder trabalhista”, “o herdeiro do trabalhismo”, “o comandante do movimento da legalidade”; e assim por diante. E nas exortações da figura de Ulysses, visando a evidenciar o papel de direção que ele teria desempenhado na chamada “redemocratização” e no seu partido: “o Senhor Diretas já”; “o Sr. Constituinte”; “o Sr. (P)MDB”, e alguns outros⁵².

No material examinado, observamos a ênfase em rememorar e tonificar contextos de luta e marcos cronológicos considerados definitivos às reconfigurações das histórias nacionais em direção às conquistas democráticas. A “democracia” é reiteradamente aludida como “causa” a ser atingida. E, quando indexada às lideranças edificadas como excepcionais, funcionam como um *telos*, no qual a “meta” e os seus principais realizadores – dotados de “visão histórica”, de dons e de predicados (coragem, sensatez, equilíbrio...) – fundir-se-iam. E caso o desfecho não se realize plenamente, por conta de obstáculos que redundam em frustrações dos “projetos” coletivos e individuais, as elaborações laudatórias fornecem os elementos para desqualificar suspeitas e acusações dirigidas aos “ícones” e para pavimentar o “caminho” aos seus epígonos.

52 Expedientes acompanhados de estratégias pictóricas, que devemos realçar como recurso potente de resgate de momentos, encontros, atos, que, junto com a reverberação das ideologizações ou representações de si, nas *auto apresentações* produzidas em vida, e somadas à seleção de frases de síntese ecoadas muitas vezes como mantras, consolidam as fusões das bases do carisma, em eventos, causas, legados e partidos. Dimensões que estamos em processo de análise.

Obviamente, tais estratégias estão condicionadas à associação aos respectivos partidos políticos. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a o SPD, partido ao qual a FES é ligada, é tido como “laboratório” às discussões sobre o monopólio exercido pelos dirigentes profissionalizados sobre os líderes (notáveis e carismáticos)⁵³. Em segundo lugar, o PDT (FLB-AP) e o PMDB (FUG) são organizações partidárias reiteradamente adjetivadas de “frágeis” em virtude da centralidade do comando “personalístico” exercido por seu principal fundador, no primeiro caso; e da “ausência de unidade” (“programática” e de “decisão”) decorrente da dispersão de “forças”, “interesses”, “projetos” e “caciques” regionais, no segundo caso. Esses aspectos colaboraram para o caráter especialmente profícuo da reflexão acerca das justaposições de créditos simbólicos, retroalimentados em suas dinâmicas próprias.

Portanto, partir dos casos analisados, foi possível identificar circuitos de apropriações realizadas a partir das FPs de atributos ou feitos personificados, bem como efeitos de investimentos que lideranças e seguidores empreendem coletivamente à eternização de determinados políticos, bem como à (re) habilitação das organizações e dos seus patrimônios.

O que permitem apreender, seguindo algumas orientações de Coradini (1998), como a consagração de “heróis” envolve não somente o trabalho de apresentação de qualidades que lhes conferem superioridade social, mas mecanismos mais ou menos ritualizados que os localizam em uma dimensão sagrada e transcendental (extraordinária) da vida social e da história, separando-os das pessoas ordinárias (profanas e mortais). Adicionamos a isso a dimensão coletiva de apropriação e as estratégias de credibilização oportunizadas às organizações e a seus porta-vozes empenhados no trabalho de reconstituição/recuperação (de eventos, causas, genealogias) mediante o trabalho de excepcionalização de “ícones”.

Dessa forma, podemos pensar de forma complexa, problematizada e relacional os condicionantes e as práticas que vinculam, a um só tempo (e ao menos provisoriamente), as representações da imagem objetificada com o arquétipo da personificação do líder, e da *empresa multidimensional*

53 Sobre a importância do êxito do Partido Socialdemocrata alemão no início do século XX e seu peso à elaboração das análises canônicas de Robert Michels, em seu livro *A Sociologia dos Partidos Políticos* (originalmente publicado em 1915, quando Ebert estava à frente da organização) e a ressonância que teve a partir de então, ver Marengo e Noll (2016).

de dominação (no sentido weberiano) com seu tratamento como realidade antropomorfizada, e a multiplicidade de amalgamentos entre elas, proporcionados nos usos dos agentes envolvidos.

Referências

- ARANTES, C. Perfil - Ulisses Guimarães. A longa odisseia pela Democracia. **Desafios do desenvolvimento**, ano 13, v. 88, 2016, 23 nov. 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3300&catid=52&Itemid=23. Acesso em: 16 nov. 2021.
- BACHELARD, G. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BANDEIRA, M. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. *In*: BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989. p.163-207.
- BOURDIEU, P. Ritos de instituição. *In*: BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996. p.97-106.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 2011. p.74-82.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Réponses**: pour une anthropologie réflexive. Paris: Editions du Seuil, 1992.
- BURKE, P. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BRUST, H. A.; NASCIMENTO, N. **Leonel Brizola, uma biografia**: o fio da história 1922-1964. Salvador: (S. n.), 2015.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estátua de Ulysses Guimarães é inaugurada na Câmara**. [S. l.: s. n.], 7 out. 2019. 1 vídeo (6 min 55 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ngic80KDBZ8>. Acesso em: 20 set. 2021.
- CASSIRER, E. **Linguagem e mito**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. [S. l.: s. n.], 2021. Facebook: @Centrodememoriatrabalhista. Disponível em: <https://www.facebook.com/CentroDeMemoriaTrabalhista>. Acesso em: 20 set. 2021.
- CHARLE, C. **Les intellectuels en Europe au XIXe siècle**. Essai d'histoire comparée. Paris: Éditions du seuil, 2001.

COLLOVALD, A. Identité(s) Stratégique(s). **Actes de la Recherche en sciences Sociales**, n. 73, p. 29-40, 1988.

COLLOVALD, A. **Jacques Chirac et le gaullisme**. Biographie d'un Héretier à Histoires. Paris: Belin, 1999.

CORADINI, O. L. Panteões, iconoclastas e as Ciências Sociais. *In*: FELIX, L. O.; ELMIR, C. P. (org.). **Mitos & Heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998. p.219-240.

DELGADO, T. **A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006**. Brasília: Editora da FUG, 2006.

DULONG, D. Mourir en politique. Le discours politique des éloges fúnebres. **Revue française de science politique**, v. 44, n. 4, p. 629-646, 1994.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

FERNANDES, I.; DANTAS, H. Fundações partidárias no Brasil e no mundo: funções legais, ações formativas e análise em perspectiva comparada. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2012, Gramado. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: ABCP, 2012. p. 1-36.

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. Disponível em: <https://www.fes.de/stiftung/geschichte/90-jahre-friedrich-ebert-stiftung/#c28053>.

Acesso em: 28 ago. 2021.

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. Disponível em: <https://www.fes.de/ebert150> Acesso em: 28 ago. 2021.

FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA - ALBERTO PASQUALINI (FLB-AP). 2021a. Disponível em: <http://flb-ap.org.br/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA - ALBERTO PASQUALINI (FLB-AP). **Café com Lupi Especial**: 17 anos sem Brizola. [S. l.: s. n.], 19 jun. 2021b. 1 vídeo (75 min 20 segs.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2BeurTguVvk>. Acesso em: 20 set. 2021.

FUNDAÇÃO ULYSSES. **5 livros para entender política**. 20 dez. 2016. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/5-livros-para-entender-politica/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FUNDAÇÃO ULYSSES. **Uma homenagem a todas as mulheres**. 8 mar. 2017a. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/uma-homenagem-todas-as-mulheres/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FUNDAÇÃO ULYSSES. **Câmara aprova inclusão de Ulysses Guimarães no Livro de Heróis da Pátria**. 12 dez. 2017b. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/camara-aprova-inclusao-de-ulysses-guimaraes-no-livro-de-herois-da-patria/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FUNDAÇÃO ULYSSES. **Câmara dos Deputados e FUG homenageiam Ulysses Guimarães.** 7 out. 2019. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/camara-dos-deputados-e-fug-homenageiam-ulysses-guimaraes/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FUNDAÇÃO ULYSSES. **Ulysses Guimarães.** 2021. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/ulysses-guimaraes/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GAXIE, D. Économie des partis et Rétributions du Militantisme. **Revue Française de Science Politique**, v. 27, n. 2, p.123-154, fev. 1977.

GEERTZ, C. Centros, Reis e Carisma. In: GEERTZ, C. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 182-219.

GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GRILL, I. G. Ismos, Ícones e Intérpretes: as lógicas das etiquetas na política de dois estados brasileiros (MA e RS). **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 43, p. 111-138, 2012.

GRILL, I. G. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 21-42, jun. 2015.

GRILL, I. G. Bases sociais, representações e usos de espólios políticos em “famílias de políticos”. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 33, p.125-162, 2020.

HAEGEL, F. Memoire, Héritage, Filiation. **Revue Française Science Politique**, n. 6, p.864-896, 1990.

HÉLIAS, Y. Pour une sémiologie politique des monuments aux morts. **Revue Française de Science Politique**, v. 29, n. 4/5, p. 739-759, 1979.

LACROIX, B. Ordre Politique et Ordre Social: Objectivisme, Objetivation et analyse politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (dir.). **Traité de Science Politique: La Science Politique, Science Sociale, L'Ordre Politique**. V. I. Paris: PUF, 1985. p.469-565.

LANDÉ, C. Groups politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, S.W. *et al.* (ed.). **Friends, Followers and Factions**. A Reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977. p. 506-510.

LE BART, C. **La politique en librairie**. Les stratégies de publication des professionnels de la politique. Paris: Armand Colin, 2012.

LÉVÊQUE, S. L'entrée en politique: Bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la réussite politique en France. **Politix**, n. 35, p.81-111, 1996.

MARENCO DOS SANTOS, A.; NOLL, M. I. Décadas de Michels: marcos contextuais e prazo de validade para a *lei de ferro*. In: REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. **Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões não canônicas**. São Luís: EDUFMA, 2016. p.81-96.

MORENO, J. B. **A história de Mora**: a saga de Ulysses Guimarães. Rio de Janeiro: ROCCO, 2013.

MÜHLHAUSEN, W. (Hg.). **Friedrich Ebert** – Reden als Reichspräsident (1919-1925). Bonn: Dietz, März 2017a.

MÜHLHAUSEN, W. **Friedrich Ebert**. Bonn: Dietz, dezembro 2017b.

NEIBURG, F. O 17 de outubro na Argentina: Espaço e Produção do Carisma. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 20, ano 7, p.1-21, 1992.

NEIBURG, F. **Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo**. São Paulo: Edusp, 1998.

NORA, P. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, P. (Dir.). **Les Lieux de Mémoire I**. La République. Paris: Gallimard, 1993. p. XV-XLII.

OFFERLÉ, M. **Les partis politiques**. Paris: PUF, 1997.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT). **Centro de Memória Trabalhista lança podcasts com áudios de Leonel Brizola**. 2021a. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/centro-de-memoria-trabalhista-lanca-podcasts-com-audios-de-leonel-brizola/>. Acesso em: 22 set. 2021.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT). **José Maria Rabelo relembra exílio e protagonismo de Brizola com Encontro de Lisboa**. 16 jun. 2021b. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/jose-maria-rabelo-relembra-exilio-e-protagonismo-de-brizola-com-encontro-de-lisboa/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT). **Discurso de Carlos Lupi na Convenção Nacional do PDT**. 2022. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/discurso-de-carlos-lupi-na-convencao-nacional-do-pdt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PEDROTI, P. M. **A cooperação internacional na Terceira Onda de Democratização: o hibridismo da Fundação Konrad Adenauer e a Experiência Brasileira**. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

PEDROTI, P. M. **A atuação dos atores internacionais na Terceira Onda de Democratização: as Fundações Políticas alemãs**. Carta Internacional, v. 1, n. 3, p.26-45, 2006.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

PORTAL ZUR GESCHICHTE DER SOZIALDEMOKRATIE, **Friedrich Ebert**. 2021a. Disponível em: <https://www.geschichte-der-sozialdemokratie.de/demokratie/persoenlichkeiten-im-fokus/friedrich-ebert/> Acesso em: 27 ago. 2021.

PORTAL ZUR GESCHICHTE DER SOZIALDEMOKRATIE. **Biografie**. Friedrich Ebert - Vom Sattler zum Reichspräsidenten: Friedrich Ebert (1871-1925). 2021b. Disponível em: <https://www.geschichte-der-sozialdemokratie.de/biografie/friedrich-ebert-1871-1925/>

www.geschichte-der-sozialdemokratie.de/demokratie/persoenlichkeiten-im-fokus/friedrich-ebert/biografie/. Acesso em: 27 ago. 2021.

REIS, E. T. **Trajetória, espaços e repertórios de intervenção política**. Porto Alegre: Zouk, Edufma, 2015.

REIS, E. T. Confissões políticas de mulheres parlamentares. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 34, p.189-214, 2020.

REIS, E. T.; BARREIRA, I. Alusões biográficas: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo n. 86, p.159-170, 2018.

REIS, E. T.; GRILL, I. G. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil. **Revista Política e Sociedade**, v. 37, p.143-190, 2017.

RICHTER, L. **Rückbesinnung und Neubeginn**. Eine Gedenkfeier zu Ehren Friedrich Eberts am 2. März 1945. New York: Stiftung Reichspräsident-Friedrich-Ebert-Gedenkstätte; Heidelberg, 1995.

SAWICKI, F. **Les Reseaux du Parti Socialiste**. Paris: Belin, 1997.

SCARTEZINI A. C. **Dr. Ulysses**: uma biografia. Osasco: Marco Zero, 1993.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA. **Novos nomes para o Livro de Heróis e Heroínas da Pátria**. 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/novos-nomes-para-o-livro-de-herois-e-heroinas-da-patria/>. Acesso em: 26 dez. /2021.

SENTO-SÉ, J. T. **Brizolismo**: Estetização da Política e Carisma. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

STIFTUNG REICHSPRÄSIDENT-FRIEDRICH-EBERT-GEDENKSTÄTTE. **Friedrich Ebert & Forschung**. 2022. Disponível em: <https://www.ebert-gedenkstaette.de/pb/Startseite/Friedrich+Ebert/Publikationen.html>. Acesso em: 27 ago. 2021.

STRAUSS, A. **Espelhos e Máscaras**. São Paulo: Edusp, 1999.

Recebido em 25/02/2022
Aceito em 29/03/2022
Versão final em 07/04/2022;

Strategic biographies: what do the names of political party foundations mean?

Abstract

In this article, we propose to reflect on the strategies and logics that rule over the collective effort in the biographical heroicizing/sacralization of posthumously honored political leaders through the naming of Party Foundations (PFs) with their names. Through the analysis of the laudatory material produced on the characters from the entities, we observed how strategic biographies both model and are modeled in the appropriation/construction of collective organizations made by agents, interests and various purposes, which are tributary to the affirmation of their "icons". We approached the forms of registering/activating the "memory" of honored deceased and we observed the weight of the association to social properties, legitimate causes, remarkable events, "political traditions" and party organizations as investment in the funding of goods and representations that are competitively engendered

Keywords: Biographies. Posthumous Tributes. Party Foundations. Political Elites.